

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM  
SANTA MARIA (1979-1984): DA RECONSTRUÇÃO DA  
UNE ÀS “DIRETAS JÁ”**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Cleber Monticelli Petró**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM SANTA  
MARIA (1979-1984): DA RECONSTRUÇÃO DA UNE ÀS  
“DIRETAS JÁ”**

**Cleber Monticelli Petró**

Monografia de Conclusão de Especialização em História do Brasil apresentado ao Curso de Especialização - História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**

**Orientador: Prof. Dr. Vitor Otavio Fernandes Biasoli**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Especialização – História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Conclusão de Especialização

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM SANTA MARIA  
(1979-1984): DA RECONSTRUÇÃO DA UNE ÀS “DIRETAS JÁ”**

elaborada por  
**Cleber Monticelli Petró**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em História do Brasil**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Vitor Otavio Fernandes Biasoli, Dr. ( UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)**  
(Co-orientador)

**André Átila Fértig, Dr (UFSM)**

Santa Maria, 30 de novembro de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os familiares, que tornaram possível as minhas conquistas até este momento, em especial a meu pai Ademir João Petró e minha mãe Rosa Maria Monticelli Petró.

Ao meu irmão, Sandro Monticelli Petró, pela parceria.

Aos professores Vitor Biasoli e Diorge Konrad, orientador e co-orientador, pelos conselhos, leituras e sugestões.

A todos os professores do Curso de especialização em História do Brasil/UFSM, pela contribuição intelectual.

Aos colegas professores e professoras da Escola Maria Pereira Teixeira – Vila Nova do Sul.

À gurizada do 6º ao 9º ano da Escola Maria Pereira Teixeira, em especial aos das Turmas 81 e 92, das quais sou Conselheiro.

Aos amigos e amigas com quem compartilhei as várias faces da vida nesses últimos dois anos, em especial ao colega e camarada Anderson Machado dos Santos, baita amigão.

Aos trabalhadores do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e do Arquivo da Universidade Federal de Santa Maria.

## RESUMO

Monografia de Conclusão de Especialização  
Programa de Pós- Graduação em História  
Especialização em História do Brasil  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O MOVIMENTO ESTUDANTIL SANTA-MARIENSE (1979-1984): DA RECONSTRUÇÃO DA UNE ÀS “DIRETAS JÁ”**

AUTOR: Cleber Monticelli Petró

ORIENTADOR: Vítor Otávio Fernandes Biasoli

CO-ORIENTADOR: Diorge Alceno Konrad

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 30 de novembro de 2011.

No final da Ditadura Civil-Militar no Brasil ocorreu forte disputa pelo projeto de sociedade a ser instaurado na “Nova República”. Os opositores procuraram transformações nas questões políticas, econômicas e sociais. Já os apoiadores da Ditadura buscavam defender uma transição na qual a estrutura de poder não se alterasse substancialmente. Estas disputas estavam inseridas dentro do movimento estudantil. Após boa parte das lideranças e entidades estudantis de oposição terem sido cassadas na Ditadura surgiu, no final dos anos 1970, o desafio de reorganizar estas entidades, conseguir a legitimidade por parte do governo e estabelecer uma inserção no conjunto dos estudantes universitários. Em Santa Maria observamos que estas discussões estavam presentes. Mapeamos os debates sobre a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, e da União Estadual dos Estudantes (UEE), no ano de 1980. Com relação à representatividade estudantil nos Conselhos da Universidade apareceu a defesa de um quinto das cadeiras destinadas à categoria. As questões mais gerais também tinham intervenção estudantil, como na luta contra a carestia, o arrocho salarial e na campanha das “Diretas Já”, em 1984.

**Palavras- Chave:** Movimento Estudantil. Brasil República. Movimentos Sociais. Santa Maria.

## **ABSTRACT**

Conclusion Monograph Paper  
Post-graduation Program on History  
Specialization on History of Brazil  
Federal University of Santa Maria

### **THE STUDENTS' MOVEMENT IN SANTA MARIA (1979-1984): FROM THE RECONSTRUCTION OF 'UNE' TO THE MOVEMENT 'DIRETAS JÁ'**

AUTHOR: Cleber Monticelli Petró

SUPERVISOR: Vítor Otávio Fernandes Biasoli

CO-SUPERVISOR: Diorge Alceno Konrad

Date and local of Defense: Santa Maria, November 30th 2011.

At the end of the civil and military dictatorship in Brazil there was a strong dispute for the project of society to be set up in the 'New Republic'. The opponents searched for transformation in politics, economy and social affairs. On the other hand, the ones who supported the dictatorship regime defended a transition period in which the power structure would not change substantially. These disputes were inserted in the students' movement. After a great amount of leaders and students' entities were banned during the dictatorial period, it came the challenge, in late 1970s, of reorganizing these entities, making them recognized by the government and inserting them in the groups of university students. These matters were also present in Santa Maria. The debates about the reorganization of 'UNE' (National Students' Union, in Portuguese), in 1979, and of 'UEE' (State Students' Union, in Portuguese), in 1980 were mapped. Concerned to the students' representation in the University Councils, there was a defense of a fifth part of chairs intended for this category. The most general subjects also had some students' interventions like the protests against poverty, low salaries and in the political campaign for free elections for President called 'Diretas Já' (Direct Elections Now, in Portuguese), in 1984.

**Key words:** Student's Movement. Republic Brazil. Social Movements. Santa Maria.

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO 1</b>	
<b>ENTREVISTA ESCRITA .....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXO 2</b>	
<b>FUSCA VERMELHO .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO 3</b>	
<b>ENTREVISTA ESCRITA .....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO 4</b>	
<b>ENTREVISTA ESCRITA .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXO 5</b>	
<b>TENDÊNCIAS ESTUDANTIS E SEUS RESPECTIVOS PARTIDOS</b>	
<b>CORRESPONDENTES (1976-1984) .....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO 6</b>	
<b>CARTA DE PRINCÍPIOS DA UNE .....</b>	<b>96</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Protesto contra a carestia na Praça Saturnino de Brito .....	45
Figura 2 - Congresso da UEE .....	47
Figura 3 - Visita de Leonel Brizola a Santa Maria .....	47
Figura 4 - Dia Nacional de Luta Contra o Ensino Pago em Santa Maria .....	49
Figura 5 - Material de Campanha da Chapa Viração .....	53
Figura 6 - Brigada em conflito com estudantes .....	55
Figura 7 - Visita de Figueiredo a Santa Maria .....	60
Figura 8 - Ocupação do Bloco 15 da CEU II .....	62
Figura 10 - visita de Lula a Santa Maria .....	67
Figura 11 = Dia Nacional de Protesto, em Santa Maria .....	70
Figura 12 - Comício das “Diretas Já” .....	71



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 DEBATE TEÓRICO SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS CONCEPÇÕES .....</b>	<b>11</b>
<b>2 O FINAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Abertura ou Aberturas? .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 A Atuação do Movimento Sindical no Processo de Redemocratização .</b>	<b>25</b>
<b>2.3 Anistia Política, Reforma Partidária e Eleições de 1982 .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4 O Agravamento da Crise Econômica e a Campanha “Diretas Já” .....</b>	<b>33</b>
<b>2.5 O Movimento Estudantil no Processo .....</b>	<b>34</b>
<b>3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM SANTA MARIA: DA RECONSTRUÇÃO DA UNE ÀS “DIRETAS JÁ” (1979-1984) .</b>	<b>42</b>
<b>3.1 O Congresso de Reconstrução da UNE .....</b>	<b>42</b>
<b>3.2 Luta Contra a Carestia .....</b>	<b>44</b>
<b>3.3 Congresso da UEE-RS em Santa Maria .....</b>	<b>45</b>
<b>3.4 Dia Nacional de Luta Contra o Ensino Pago .....</b>	<b>47</b>
<b>3.5 As Eleições Para a UEE .....</b>	<b>50</b>
<b>3.6 As Políticas de Saúde no Debate Estudantil .....</b>	<b>53</b>
<b>3.7 Seminário Sobre Universidade .....</b>	<b>54</b>
<b>3.8 Representatividade Estudantil nos Conselhos Superiores e a Disputa DCE X DEE .....</b>	<b>56</b>
<b>3.9 As Eleições de 1982 em Santa Maria .....</b>	<b>59</b>
<b>3.10 Paralisação na FIC .....</b>	<b>60</b>
<b>3.11 Assistência Estudantil e Política Econômica .....</b>	<b>61</b>
<b>3.12 Campanha das “Diretas Já” .....</b>	<b>67</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>77</b>
<b>JORNAIS CONSULTADOS .....</b>	<b>79</b>
<b>ATAS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO CONSULTADAS .....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>82</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretendeu estudar a atuação do movimento estudantil santamariense no período da redemocratização, mais especificamente no período entre a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, até a campanha das “Diretas Já”, em 1984. Vale lembrar que em trabalho realizado no trabalho de conclusão de graduação, defendida em 2010, já estudei o processo de discussão em torno da reconstrução da UNE, em Santa Maria.<sup>1</sup>

Entendemos que este é o período final da Ditadura Civil-Militar e que ainda existem lacunas a serem preenchidas pela pesquisa historiográfica. Trata-se de uma fase marcada por crescentes mobilizações da sociedade civil, sendo que os estudantes ainda têm uma presença e uma força significativas. Parcelas movimento estudantil ligados à UNE deixaram de lado as questões da luta armada que o empolgaram nos anos 1960 e empenhou-se da organização de sua entidade, forçando os marcos da legalidade. A UNE ainda era vista como uma entidade proscrita, por muitos apoiadores da Ditadura, e os estudantes conseguiram reerguê-la e torná-la legal.

Entendemos também que este período é caracterizado por um acúmulo de forças de vários setores da sociedade – em especial os sindicatos e os movimentos sociais de oposição – , os quais penaram durante os anos mais duros da Ditadura e souberam, neste momento, ganhar as ruas, aumentando a visibilidade e o poder de pressão.

O movimento estudantil universitário acompanhou e integrou-se a essas mobilizações da sociedade e não foi diferente em Santa Maria. Assim como outros setores organizados, posicionou-se em relação a “abertura democrática” promovida pela Ditadura e procurou apressá-la e torná-la mais efetiva, inclusive.

Desta maneira, o que pretendemos na atual monografia é estudar as mobilizações do movimento estudantil na cidade – a partir dos registros do principal jornal diário da cidade (*A Razão*) e das atas do Conselho Universitário. Também procuramos os depoimentos de alguns

---

<sup>1</sup> PETRÓ, Cleber Monticelli. **A reorganização da UNE em 1979 e suas implicações em Santa Maria**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - Licenciatura Plena e Bacharelado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

estudantes que atuaram no período e, por meio desse conjunto de fontes, pretendemos elaborar uma visão dessas lutas e dessa conjuntura. Um registro e uma análise das lutas estudantis. Da forma como a juventude universitária ou parcela dela se colocou nesse processo

Com este propósito, a monografia foi organizada desta maneira:

Na primeira parte, são apresentadas as visões de alguns autores acerca da temática do movimento estudantil. Esta discussão é fundamental para que o leitor situe a atuação estudantil no contexto geral da sociedade, percebendo o seu potencial e seus limites, a forma como se trabalha o tema dentro dos debates sobre classes sociais e os movimentos sociais, por exemplo.

Na segunda parte, foi realizada abordagem da conjuntura política, econômica e social da Ditadura Civil-Militar e do processo de abertura ou, como veremos, de “aberturas”. Esta abordagem é importante para que compreendamos os diversos sujeitos sociais envolvidos no processo, desde os militares e seus apoiadores buscando uma “transição conservadora” aos movimentos sociais de oposição que pautavam uma abertura mais ampla. Esta parte também pontua a inserção do movimento estudantil na conjuntura mais geral.

Na terceira parte, é analisada a atuação do movimento estudantil santa-mariense, sobre as quais as principais fontes consultadas foram o jornal *A Razão* e as Atas do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Também foram realizadas entrevistas escritas, respondidas por email, com Estilac Xavier, Carlson Janes Aquistapasse e Athos Ronaldo Miralha da Cunha (Anexos 1, 2, 3 e 4.).

# 1 DEBATE TEÓRICO SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUAS CONCEPÇÕES

Pretendemos, neste capítulo, apresentar a visão de alguns autores sobre o movimento estudantil no Brasil, sem necessariamente colocá-los na ordem cronológica em que se deram as publicações. A intenção é dar conta de diferentes abordagens teóricas e análises a respeito do tema. As conclusões também são parciais.

O primeiro livro analisado é *Movimento Estudantil no Brasil* (1981), de Antonio Mendes Júnior. A obra foi publicada pela coleção Tudo é História, da Editora Brasiliense. O autor inicia a obra comentando que a participação dos estudantes na política tem sido até o momento vista como secundária pela maioria dos pesquisadores. Muito desta visão deve-se, segundo o autor, ao fato de muitos pensarem da seguinte maneira:

Que o caráter transitório da condição de estudante – a passagem pelos bancos acadêmicos seria uma etapa relativamente rápida, evoluindo para uma integração “real” na vida profissional – faria com que o movimento estudantil apresentasse uma certa “fluidez”, que o tornaria incapaz de organizar e levar adiante uma ação política de longo prazo (MENDES, 1981, p. 07-08.).

Enfatizando a importância da participação do estudante nas lutas sociais brasileiras, afirmando que em muitos momentos foram as “pontas de lança” de uma sociedade amordaçada, o autor coloca que:

Em nossa opinião o que permitiu aos estudantes desempenhar este papel foi justamente aquilo que é por muitos apontado como a “falha” do movimento estudantil. Em outras palavras, é a situação de transitoriedade, de descompromisso relativo com o processo de produção, de ausência de responsabilidade – em grande parte – para com o sustento de uma família que faz do estudante um ator político de maior mobilidade (MENDES, 1981, p. 09).

Parte importante da obra é a sua periodização do movimento estudantil brasileiro. A primeira fase seria chamada de “fase de atuação individual”, que vai do fim do período Colonial ao início do Império, não existindo nenhuma entidade que reunisse os estudantes. Segundo o autor, a atividade política ocorria no âmbito individual, não caracterizando um *movimento*. A segunda fase é a da “atuação coletiva”, entre o Segundo Império e a Primeira República, indo até o início do Estado Novo (1937). Apareceram as Sociedades Acadêmicas, na sua maioria de cunho cultural e intelectual, mas que tiveram papel importante nas

campanhas da Abolição e da República. Aliás, coloca que “é justamente em torno dessas duas palavras de ordem, a Abolição e a República, que surgem os primeiros sintomas de uma atuação coletiva dos estudantes na cena política” (MENDEZ, 1981, p. 23).

A terceira fase, ainda segundo o autor, a mais importante e significativa, é a “fase de atuação organizada”, iniciada em 1937 com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma entidade nacional e com objetivos claramente políticos. Segundo Mendes, daí para frente, em todos os momentos da vida nacional, os estudantes jamais deixariam de estarem presentes através da sua entidade, a UNE, inclusive em várias oportunidades formando uma vanguarda nas grandes lutas.

E a quarta fase é a da “atuação clandestina”, caracterizada como um período curto, mas intenso, que iniciou com a promulgação do Ato Institucional n-5. A impossibilidade de uma atuação legal levou os estudantes para os movimentos de guerrilha armada. O resultado foi a violenta repressão e a perda dos melhores quadros que o movimento estudantil já tivera.

Em *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1965), Marialice Foracchi, analisa aspectos do comportamento do jovem, a partir das suas relações de dependência e manutenção, seja em relação à família ou ao sistema como um todo. Para tanto, a autora toma como referência o estudante paulista.

Sob o ângulo das relações interpessoais, a autora assinala que a dependência do jovem diante do adulto é provocada por fatores sociais que no plano da sociedade definem as condições objetivas da relação de dependência. O jovem para transformar-se em estudante, em nossa sociedade, deve modificar os vínculos de dependência que o prendem à família, redefinindo, assim, sua condição de manutenção. A autonomia equivale, no plano do comportamento, à responsabilidade de manutenção. Ela comenta que: “o processo de transformação dos laços de reciprocidade em compromissos de retribuição se desenvolve sob diversos matizes, cada qual praticamente inserido numa condição concreta que é a condição e manutenção” (FORACCHI, 1965, p. 87).

Chama a atenção para um fator que ela considera negligenciado, que é a problemática da ascensão da classe média, ou em termos mais gerais, a *situação de classe*. Sob este aspecto

coloca que “é na história da família de classe média, entendida como crônica de avanços e recuos na escala social, que tomaremos elementos para caracterizar, em termos amplos, a situação de classe” (FORACCHI, 1965, p. 89). E mais adiante, ao caracterizar a classe média, indica: “Sua história está, invariavelmente, marcada pela tentativa, que se pretende decisiva, de melhorar a própria condição” (FORACCHI, 1965, p. 93).

Esta seria também uma das expressões da incapacidade da classe média de garantir continuidade à sua situação de classe, sendo que essas circunstâncias repercutem diretamente sobre a esfera educacional, seja estimulando uma valorização intensa do curso superior, seja condicionando definitivamente as escolhas de carreira em moldes de valores predominantes nas camadas tradicionais. No comportamento do jovem repercutem, portanto, as contradições inerentes a esse processo complexo, a essa incapacidade da classe média de dar continuidade a seu projeto de classe (FORACCHI, 1965, p. 116).

O projeto de carreira surge para o estudante como possibilidade de superação das limitações do projeto familiar. Sendo que o conteúdo imediato da crítica feita ao curso denuncia o contraste existente entre as aspirações que alimenta, as expectativas que incorpora e as exigências da formação profissional que o curso, mesmo sem concretizar, aponta (FORACCHI, 1965, p. 186).

Portanto é contra o conteúdo de classe do curso que se dirige a crítica do estudante. Neste aspecto ganha relevância o debate sobre a reforma universitária, pois:

Por isso, a reforma universitária só teve um significado profundo para o estudante e, por isso conquistou tão profundamente sua adesão: não se limitou a propugnar meras recomposições de currículo. O conteúdo das críticas feitas ao curso não se restringe, como vimos, ao aspecto curricular ou técnico, mas traduz anseios que se orientam, incontinentemente, para uma crítica global e indefinida ao sistema, fundamentada na perspectiva antecipada de atuação profissional (FORACCHI, 1965, p.189-190).

Comentando ainda a carreira, a autora coloca que, em termos mais amplos, a crítica ao padrão profissional existente evidencia a instabilidade característica da classe média e o modo pelo qual essa camada sofre o impacto dos processos de modernização, secularização de cultura (FORACCHI, 1965, p. 205).

No que diz respeito ao estudo das práticas estudantis, a autora indica que “as condições sociais da participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de referência de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena-burguesia ascendente” (FORACCHI, 1965, p. 221). Nestes casos, a atitude do estudante “corresponderia, em linhas gerais, àquela com que se procurou designar a participação política do intelectual: *o radicalismo neutro*, aberto às opções de esquerda mas, ao mesmo tempo, fechado a qualquer opção definitiva” (FORACCHI, 1965, p. 229). Para este estudante “revolucionário” “a revolução impõe-se progressivamente, como tarefa e, quando os estudantes lutam pela reforma universitária, estão, na verdade e na sua medida, contribuindo para que esse processo revolucionário se desenvolva, sob a égide das necessidades de afirmação social de uma pequena-burguesia *revolucionária*” (FORACCHI, 1965, p. 252). Aqui é importante frisar que esta visão, ao tomar como ponto de partida o estudante paulista nos anos 1960, aparece para nós na atualidade e na análise do período em questão (1979-1984) bastante desatualizada, visto ser o estudante brasileiro deste período e da atualidade oriundo de classes sociais mais variadas do que somente a pequena-burguesia paulista em questão.

Em *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 64* (1986), José Luis Sanfelice examina a produção teórica da UNE, durante a década de 1960, pontuando os elementos programáticos do movimento estudantil no contexto. Logo no início do livro faz uma colocação importante:

É necessário esclarecer também que este estudo não toma os estudantes universitários brasileiros por classe social. É evidente que cada estudante é oriundo de uma classe social, ou da mesma classe social, mas, enquanto coletividade de estudantes, não passam por isso a constituir uma nova classe social (SANFELICE, 1986, p. 15).

O autor enfoca a crítica ao denominado *modelo de desenvolvimento associado*, elaborada pela UNE. Esta postura da entidade colocava os estudantes na mira das forças políticas que propunham e defendiam o modelo. Os estudantes, porém, não eram os adversários principais, pois não representavam ainda força de trabalho efetiva e nem constituíam uma classe social. O autor coloca também que:

a nível mais geral, porém, no contexto do início da década de 60, o problema prático era que os estudantes, através dos seus problemas mais específicos, estavam

chegando à tomada de consciência dos problemas sociais e estruturais da sociedade (SANFELICE, 1986, p. 64).

O grande entrave, entretanto, para a Ditadura executar a extensão do seu projeto à Universidade, era o movimento estudantil liderado pela UNE, que naquele momento encontrava-se muito mais mobilizado e numa posição mais aguerrida do que o conjunto de professores, por exemplo. A citação abaixo ajuda a compreender este fato:

de acordo com os documentos apresentados por este estudo, quando a UNE afirmou – sob a inspiração do pensamento marxista, uma vez que a atuação católica do movimento havia se retraído – que seu objetivo era a transformação revolucionária da estrutura sócio-econômica do Brasil, isso foi o limite para o governo militar. Quando a UNE se arvorou em vanguarda do povo na luta contra as forças de opressão, propondo o ressurgimento do movimento de massas, superestimando suas próprias forças face ao autoritarismo, ela assumiu um papel que o governo militar não podia aceitar que ela tivesse ou pensasse ter. A fortíssima repressão do ano de 1966, entretanto, veio acompanhada de inúmeras tentativas de cooptação dos estudantes, e repleta de “bons conselhos” porque, em última análise, não era contra os estudantes que o movimento de 64 havia se mobilizado. O problema era que os estudantes liderados pela UNE haviam se aproximado muito dos legítimos interesses das classes populares (SANFELICE, 1986, p. 166).

Nas teses da UNE foram colocados em evidência aspectos emergentes da luta de classes na estrutura social brasileira, denunciando o discurso que a Ditadura Civil- Militar construía: o que era o resultado da unanimidade dos interesses políticos, sociais e econômicos da população. A questão da Reforma Universitária passou a ser entendida como problema integrado às condições sócio-econômicas e políticas, problema determinado pelo processo histórico do desenvolvimento brasileiro, atrelado e subordinado às exigências imperialistas. Desta maneira, o movimento estudantil se colocou como aliado na luta antiimperialista, apesar de ser formado por estudantes que se identificavam como pertencentes à classe média, mas que podiam desempenhar um papel de aliados da classe revolucionária.

Em *O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros* (1968), Arthur José Poerner faz um resgate do envolvimento político dos estudantes brasileiros desde o Brasil Colônia até a República. A primeira edição é um documento valioso, pois foi escrito em 1968, no calor dos atos autoritários da Ditadura Civil-Militar e assume o próprio discurso – e entusiasmo – que movia a vanguarda estudantil da época. O autor realizou profunda pesquisa bibliográfica e de fontes sobre o tema. O prefácio à primeira edição é interessante sob o ponto de vista da discussão de concepção do movimento estudantil, pois nele Antônio Houaiss coloca que:



O repto que este livro proporciona, no respeito, é o de oferecer provas, historicamente abonadas, de que os estudantes não constituem uma classe social e, por conseguinte, não podem ter uma política autônoma, em oposição a classes que repute antagonistas ou em coligação ou solidariedade com classes que repute aliadas, pois tudo a que podem aspirar (e é imenso isso), politicamente, é a função de pensadores e agentes de uma estratégia social que vise determinadamente a fins sociais dentro dos quais se possam concretizar suas aspirações de estudantes e à qual continuem fiéis quando fluídos seus anos de estudantes (POERNER, 1968, p. 15).

No livro, Poerner coloca o movimento estudantil como vanguarda nas lutas políticas de caráter nacional e, ao comparar os estudantes brasileiros com os estudantes dos outros países, afirma:

O estudante aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estados Unidos. Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro (POERNER, 1968, p. 26).

Sendo assim, Poerner afirma que “a partir dessa conclusão, as ruas ganham um novo estudante, que passa a estudar, no asfalto das passeatas, a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a realidade brasileira atual” (Ibid., p. 27).

Para Poerner (1968, p. 30) “não é exagero dizer que muitos destes universitários chegam a ter vergonha de suas origens abastadas, procurando escondê-las ou a elas se referindo, quando obrigados, com desprezo e sarcasmo, também expressos no propositado desleixo da aparência física”. Ao reafirmar o protagonismo e, diria eu, até certo ponto, romantismo, acerca da atuação do movimento estudantil, termina por dizer que:

Não é por outro motivo, aliás, que o movimento estudantil se tornou quase um barômetro da vida política no país, perdendo a expressividade nos raros momentos em que existiu pelo menos um arremedo da tão falada ‘pacificação da família brasileira’, para se projetar, com intensidade, quando a Pátria e os interesses nacionais correm perigo, período majoritário de nossa história (POERNER, 1968, p. 35).

Já no artigo *O mito do poder jovem*, publicado na coletânea **Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje** (2008), Alberto Saldanha estabelece uma crítica a este autor, que, aliás, considero fundamental, comentando que ao longo dos anos houve uma bibliografia que

reforçou a visão que atribuiu ao movimento estudantil um caráter genérico e imutável, ou seja, com conteúdos e objetivos permanentes. Para ele, **O poder jovem**, de Poerner, é o trabalho mais significativo dentro dessa tradição historiográfica. Referenda esta posição, citando o seguinte trecho:

A Universidade é, no Brasil, a maior escola de formação de líderes políticos, centro onde se moldam as consciências e mentalidades com respeito aos problemas que assoberbam o nosso país; e que a maior parte dos homens nela formados carregam, vida afora, as posições, idiossincrasias, estigmas e pontos de vista políticos nela adquiridos. Um universitário nacionalista e progressista será, quase certamente, um cidadão nacionalista e progressista, assim como um universitário policial e delator será, quase certamente, um indivíduo policial e delator. Há poucas exceções à regra (Poerner apud SALDANHA, 2008).

Ao estabelecer esta crítica Saldanha justifica sua posição afirmando:

(...) considero que outros pressupostos teóricos podem contribuir para o estudo do movimento estudantil e da UNE. Trata-se de incorporar as relações existentes entre as noções de identidade, memória, projeto e campo de possibilidades e mito e mitologia política (SALDANHA, 2008, p. 38).

Portanto, para Saldanha, a tarefa de estudar a História do movimento estudantil é, em grande parte, analisar o processo de construção identitária da União Nacional dos Estudantes, a partir do que ele chama de seus *momentos-chave*, estabelecendo uma relação entre memória e história, bem como compreender também como as interpretações elaboradas pelo próprio movimento sobre estes momentos constroem esta identidade.

Outro livro que contribui para o debate é **Movimento estudantil e Ditadura Militar no Brasil** (1987) de João Roberto Martins Filho, mais especificamente o primeiro capítulo intitulado “Preliminares teóricas”. O livro analisa a participação política dos estudantes no período de 1964-1968.

Como coloca Caio Navarro de Toledo no Prefácio: “ao estudar o movimento estudantil universitário no período de 1964-1968, este trabalho permite-nos também acompanhar de perto a emergência do regime autoritário e a estratégia da Ditadura frente aos movimentos sociais.” Ao discutir a relação com as classes sociais, Martins coloca que não podem ser feitas generalizações, mas é preciso contextualizar o movimento. Relata que os artigos mais breves e a falta de estudos aprofundados reforçam, muitas vezes, a mitologia de que os estudantes sempre estiveram ao lado do povo. Mitologia esta presente muitas vezes em alguns militantes

(cita a entrevista com José Jenoíno). Critica também a abordagem centrada na idéia de “condição juvenil” que se embasa na definição do estudante como “intelectual em formação”, onde seu radicalismo é relacionado ao contato do jovem com o conhecimento e a Universidade (com variações, esta visão está em autores como Álvaro Vieira Pinto, José Chasin e outros).

Martins Filho pontua que é impossível atribuir ao estudante esse caráter genérico e imutável. Para ele a compreensão do comportamento político dos estudantes necessita do conhecimento da origem de classe deste estudante, que no caso do período que estuda é, na sua maioria, oriunda das novas classes médias. Sobre aqueles que trabalham com a visão de que os estudantes são “naturalmente revolucionários” coloca:

(...) é preciso superar a idéia de que o radicalismo estudantil, que, de quando em quando, marca sua presença em nossa história, deva ter necessariamente um caráter “revolucionário”, como tem afirmado vários autores (MARTINS FILHO, 1987, p. 23).

O foco do raciocínio do autor será a relação entre as aspirações da classe média, para ele o setor majoritário na universidade, e o radicalismo estudantil. Neste aspecto, o autor refere-se constantemente à Marialice Foracchi, abordada anteriormente. O movimento estudantil não se apresenta isento das contradições e vacilações que caracterizam a sua classe de origem.

Para ele é necessário considerar a proposta de que os estudantes universitários constituem uma categoria social. Segundo Polantzias, “as categorias sociais, por causa de sua relação com os aparatos de Estado e com a ideologia, podem apresentar a miúdo uma unidade própria, em que pesem pertencerem a classes diversas” (POLANTZAS apud FORACCHI, 1965).

Por fim, cabe colocar que adotamos aqui a concepção de que o movimento estudantil é um movimento social. Um movimento social com métodos, linguagem, pautas e formas de organização próprias. Os estudantes experimentam condições semelhantes em um mesmo local de presença e vivência, originando demandas específicas e comuns.

No espaço de atuação do movimento – no caso estudado, a Universidade –, são percebidas as tensões e contradições presentes na sociedade, visto esta não ser uma ilha isolada. É a partir das lutas específicas que os estudantes se envolvem nas lutas mais gerais. Nós vivemos em uma sociedade marcada pelo recorte de classe, valendo aqui lembrar que os estudantes não são uma classe social, mas uma categoria. A base do movimento estudantil não possui uma origem e formação de classe, mas é composta por pessoas de diversas origens, portanto policlassista. Isto, porém não impede que enquanto movimento social faça suas opções de classe.

Ainda segundo Ridenti (1993, p.141), “para entender na sua complexidade a inserção social do estudante, é preciso tomar simultaneamente três momentos: a origem, o período de transição na universidade e o lugar que a sociedade promete ao futuro profissional diplomado”.

Desta maneira, nos parece interessante a abordagem de Rosa Maria Cavalari, em sua dissertação de Mestrado em Educação intitulada **Os limites do movimento estudantil: 1964-1980** (1987), ao analisar três obras: **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**, de Marialice Foracchi, **As revoluções utópicas**, de Luiz Carlos Bresser Pereira, e **Movimento estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)**, de João Roberto Martins Filho.

Embora a obra de Foracchi e a de Martins já foram comentadas anteriormente, consideramos importante retomar a abordagem feita por Cavalari. Com relação a Foracchi, Cavalari aponta que os estudantes pertenceriam predominantemente à pequena-burguesia ascendente, ou como denomina Wright Mills, à “nova classe média”.

A autora cita Foracchi, quando esta afirma:

afastada da alternativa proletária e marginalizada no processo capitalista de produção, essa nova classe média é a categoria intermediária que se comprime entre as contradições do sistema, não contando, sequer, com um estilo de atuação que a singularize ou com uma filosofia prática que lhe descortine perspectivas imediatas de futuro (...). Oscila entre a burguesia que a espolia, entre a camada tradicional que a menospreza e o proletariado que dela se afasta, em termos de ímpeto de luta e de capacidade reivindicativa (FORACCHI apud CAVALARI, 1977, p. 225-226).

A autora assinala que Foracchi baseia-se em passagem de **O 18 Brumário**, de Marx para justificar esta análise: “por mais diferentes que sejam as medidas para alcançar esses

objetivos, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia” (MARX apud FORACCHI, 1965, p. 226).

Cavalari também retoma a abordagem de Bresser Pereira, no final dos anos 60, quando este afirmava que “a revolução política radical de nosso tempo é a revolução estudantil, ou melhor, é a revolução dos estudantes e dos intelectuais não comprometidos. São os estudantes e os intelectuais não comprometidos o grupo revolucionário por excelência (...) Não são mais os operários, como pretendia Marx no século passado, a classe revolucionária. Não é mais do proletariado que se pode esperar a revolução. Esta, quando e se ocorrer, terá origem nos estudantes e nos intelectuais não comprometidos” (BRESSER apud CAVALARI, 1979, p. 84).

Para Bresser Pereira, então, os proletários representariam os ex-revolucionários, pois na medida, que muitos conseguiam elevar seu padrão de vida, ao menos nos países desenvolvidos, eles teriam se acomodado. Ainda para Bresser, os estudantes se utilizariam de reivindicações relacionadas à reforma universitária como estopim para desencadear a luta, servindo para aglutinar os setores oprimidos. Porém, “ ... num instante, sob a orientação das lideranças radicais, que encontram um ambiente propício para se tornarem efetivas, o escopo do protesto amplia-se. Toda a sociedade é denunciada. Nada fica de pé” (BRESSER apud CAVALARI, 1979, p. 92).

Para concluir, Bresser afirma que “a crítica do estudante tem, portanto, um sentido total: nega toda a sociedade, nos termos em que ela está hoje organizada. Nesses termos, o grupo estudantil tem um primeiro predicado para substituir-se aos operários como grupo revolucionário: tem objetivos revolucionários” (BRESSER apud CAVALARI, 1979, p. 92).

Contraopondo a esta afirmação entusiástica na capacidade revolucionária dos estudantes, Cavalari comenta a abordagem de Martins Filho, para o qual “é impossível atribuir à participação do estudante um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes” (MARTINS FILHO, 1987, p.17). Para Martins, o importante é

“examinar concretamente a atuação estudantil em cada conjuntura histórica para compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações estudantis” (Ibid., p. 204).

Segundo Cavalari, “Martins Filho pretende apontar os limites da análise proposta por Marialice Foracchi”. Para tanto, toma como ponto de partida a análise feita por Décio Saes, em Classe média e sistema político no Brasil: “a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, da maneira pela qual se articulam e se opõem à prática política burguesa e à prática política operária, de seus problemas e de suas tensões” (SAES apud FORACCHI, 1965, p. 09).

Para finalizar esta questão, Cavalari resume a visão destes três autores da seguinte maneira:

os estudantes podem tudo, isto é, são os revolucionários de hoje, são por excelência, os agentes da transformação social; ou os estudantes podem pouco, isto é, não são revolucionários, a transformação social não se efetivará através da prática estudantil, à medida que esta, mesmo quando assume características de radicalização, permanece ainda nos limites da pequena burguesia; ou ainda, não se pode “a priori” afirmar ou negar o caráter revolucionário do movimento estudantil, porém a análise deste implica sua inserção na conjuntura histórica concreta (CAVALARI, 1987, p. 10).

Esta síntese nos ajuda a pensar o problema colocado por esta monografia: focar a atuação política dos estudantes no período do final da Ditadura Civil-Militar em Santa Maria, inserida em uma conjuntura histórica concreta, e compreender quais eram as pautas de mobilização, tanto em questões específicas quanto em aspectos mais gerais. A pesquisa, no entanto, centra-se majoritariamente naquilo que denominamos de esquerda estudantil, os grupos ligados à oposição à Ditadura.

É importante ressaltar isto, pois nos chama a atenção o trabalho de Mateus da Fonseca Capssa Lima ao afirmar que “as pesquisas sobre movimento estudantil no Brasil ainda são escassas e os trabalhos existentes tendem a centrar-se apenas nos grupos de esquerda” (LIMA, 2010, p. 04).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Para maiores informações ver: LIMA, Mateus da F. Capssa. **A educação como arma da ordem e da resistência: movimento estudantil e Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul (1964-1968)**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Licenciatura- Bacharelado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

O foco do trabalho não visou aprofundar o estudo dos grupos políticos e suas divergências, mas identificar as intervenções do movimento estudantil e também as suas pautas de reivindicações. Em outras palavras, como, a partir do ano de 1979 até 1984 – da reorganização da UNE até a campanha das “Diretas Já”, os grupos da esquerda estiveram à frente da maioria dos diretórios acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes em Santa Maria, a opinião das fontes consultadas expressam, em sua maioria, a visão destes grupos.

## 2 O FINAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste capítulo faremos uma breve contextualização do período denominado de redemocratização, em especial sobre o que seria a abertura política, ocorrida entre os anos de 1979 e 1984. É fundamental pensarmos esta questão, pois nos ajuda a mapear as relações existentes entre as discussões políticas e sociais mais amplas e a atuação do movimento estudantil no processo.

### 2.1 Abertura ou Aberturas?

Com relação ao processo histórico conhecido como abertura política, Silva (2003, p. 256) coloca que o que temos seriam aberturas e não apenas uma abertura. Ainda nas sucessões de Castelo Branco, em 1967, e de Médici, entre 1973 e 1974, esboçaram-se propostas de abertura política que foram rapidamente descartadas. A derrota daqueles que defendiam a volta aos quartéis (Castelo Branco e os profissionais) levou ao poder a ala conhecida como *linha-dura*, tendo como líder Arthur Costa e Silva.

Ainda nos anos 1960, com as mobilizações de rua, uma ampla frente de artistas que participaram dos protestos elaborou uma cultura de protesto que colocou em cheque parcelas da classe média que haviam apoiado o Golpe de 1964. Nesta fase cresceram os protestos de rua contrários à Ditadura. Este processo gerou tensionamentos em busca de uma “abertura”, que não ocorreu, pois os ditadores acabaram por estabelecer o ato Institucional 5 – AI-5, o qual encerrou o que seria esta primeira tentativa de abertura política.

Após a morte de Costa e Silva assumiu Emílio Garrastazu Médici (recém saído do Serviço Nacional de Informação – SNI), considerado uma ponte entre a *linha-dura* e os castelistas. Com Médici foi colocado em prática um amplo projeto de desenvolvimento nacional baseado na Doutrina de Segurança Nacional, amplamente estudada e divulgada na Escola Superior de Guerra (ESG). Este projeto estava centrado nas indústrias petroquímicas, de química fina, dos eletrônicos, além de uma rede de obras públicas.

Por outro lado, a política de arrocho salarial, perseguição sindical, restrições da liberdade política e uso da tortura colocaram a oposição na ofensiva, com o aprofundamento



da guerrilha urbana e rural. Coloca Silva (2003, p. 258) que muitos militares acreditavam que aproveitando do sucesso do milagre econômico e da euforia com a vitória na Copa do Mundo de 1970 se conseguiria uma transição para um regime democrático ao final do governo Médici. Entretanto, na opinião do Ministro do Exército de Médici, Orlando Geisel: “Era a melhor hora de fazê-la. Não havia oposição alguma dentro das Forças Armadas. Só não foi feita por causa desses atos provocativos, atos guerreiros. Guerrilhas, assaltos a bancos, greves. Isto atrasou a abertura”. Segundo Silva (2003, p. 259-60) esta opinião revela a visão dos militares que pendiam a um projeto de abertura que seria conduzido pelo alto e não levavam em conta os setores da oposição.

Neste período, foram editadas as Leis de Segurança Nacional, bem como se intensificaram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs). A disputa em torno da sucessão do general Médici, no ano de 1973, teria sido o primeiro ato de enfrentamento entre o projeto oficial de abertura e a oposição no novo contexto político do País. Com a derrota das guerrilhas, o MDB passou a ganhar mais credibilidade como possibilidade de construção de uma alternativa democrática. Do lado dos militares o ministro Orlando Geisel e o general Golbery de Couto e Silva trataram de construir pontes entre os castelistas e a *linha-dura*, projetando uma constitucionalização da Ditadura Civil-Militar. Foi escolhido o irmão de Orlando, Ernesto Geisel, popular entre os da *linha-dura* e com experiência administrativa. A partir daí Geisel e Golbery tiveram o papel de constitucionalizar o País nos moldes da *distensão lenta, gradual e segura*, pois segundo o próprio Geisel:

(...) essas três condições, acham que se justificam por si mesmas. Por que ela tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva (COSTA COUTO apud SILVA).

Dessa forma, o processo de abertura deveria ter garantias básicas ao governo, especialmente evitar a volta das pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964. Ou seja, o projeto de abertura representava a volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização da Ditadura, mas não necessariamente a redemocratização do País.

Na análise dos atores envolvidos no processo de redemocratização, Francisco Carlos Teixeira da Silva identifica e distingue atores externos e internos. Com relação aos atores externos, ele coloca que

O conjunto de ditaduras militares no continente seria fortemente abalado quando da mudança da política externa americana, na era pós- Guerra do Vietnã, em direção a uma estratégia global capaz de recuperar a hegemonia norte-americana por outros meios que não o simples *putsch* militar (SILVA, 2003, p. 250).

Neste sentido, a campanha de Jimmy Carter nos EUA possuía entre outros dois objetivos: recuperação do prestígio mundial associando sua política externa aos direitos humanos e criação de condições para retornar ao enfrentamento com a União Soviética. Assim sendo, a acusação de que os soviéticos não respeitavam os direitos humanos e a liberdade de organização deveria vir acompanhada de crítica também aos antigos aliados na América Latina. Segundo Silva (2003, p. 252), neste período, Washington advertiu publicamente o governo brasileiro sobre a violação dos direitos humanos. Geisel, imbuído do nacionalismo militar e cioso dos preceitos da soberania nacional, enfrentou os EUA, com suas pretensões de reorganizar a hegemonia mundial.

Continua Silva (2003, p. 252), dizendo que a virada da política norte-americana não explica, isoladamente, as diversas aberturas latino-americanas a partir do início dos anos 80, como da mesma forma não é o único ator externo no processo de abertura brasileiro. Também foi marcante a crise do petróleo de 1973, a partir da guerra do Yom Kippur, além da crise dos juros externos de 1982.

Com relação aos atores internos, Silva (2003, p. 254-255) percebe dois grupos com maior presença: de um lado, o grupo militar constituído em torno do projeto Geisel-Golbery, herdeiros da linha política denominada *castelista* e interessados numa imediata reconstitucionalização da Ditadura Civil- Militar e, de outro lado, as forças políticas de oposição organizadas em torno do único partido político de oposição, o MDB.

## **2.2 A Atuação do Movimento Sindical no Processo de Redemocratização**

Durante a Ditadura de Segurança Nacional, um dos movimentos mais controlados pelo governo foi o sindical, sendo que o Ministério do Trabalho valia-se de dispositivos para

restringir as atividades dos sindicatos. O Estado tinha o direito de intervir diretamente num sindicato para afastar e substituir dirigentes eleitos, por decisão do Ministério, bem como todo dirigente sindical assim afastado tornava-se inelegível para cargos sindicais.

O movimento sindical retomou importante força política em 1977, como resultado de anos de luta para readquirir o controle dos sindicatos sob intervenção, organizar novos e fortalecer a organização de base em fábricas, fazendas e outros locais de trabalho. Os sindicatos rurais foram os que mais cresceram sob o Estado de Segurança Nacional, tendo sido, em grande parte, organizados pela oposição. Em 1980, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG) representava oficialmente 21 federações de trabalhadores rurais, um escritório no território de Rondônia e 2500 sindicatos locais. O total de filiados ultrapassava 6.800.000, de uma população de 11.500.000 famílias rurais integrantes das categorias passíveis de filiação sindical. Desse modo, somando-se trabalhadores industriais urbanos, profissionais de colarinho branco e trabalhadores rurais ou agrícolas, existiam mais de 11.316.000 trabalhadores organizados, numa população economicamente ativa estimada em cerca de 40.000.000.

Segundo Alves, (1985, p. 246) o ressurgimento do movimento sindical data de dois acontecimentos de importância simbólica. Em agosto de 1977, o governo admitiu que havia manipulado as estatísticas oficiais sobre a inflação relativas a 1973 e 1974. Como elas fundamentavam o cálculo dos reajustes salariais, verificara-se perda de 34,1 % no salário real dos trabalhadores no período. Outro evento marcante foi o Congresso dos Trabalhadores Industriais, realizados no Rio de Janeiro sob controle do governo, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), pois neste ficou clara a divergência entre os dirigentes sindicais ligados ao governo e os novos dirigentes sindicais.

O movimento grevista conseguiu demonstrar que a legislação de greve podia ser contornada mediante ações decididas e unitárias dos trabalhadores, e que tais movimentos podiam forçar o governo a considerar suas reivindicações. Durante as greves de 1978, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema destacou-se na liderança do movimento. Entretanto, durante este processo, tornou-se claro que as greves no interior das fábricas não seriam mais toleradas. A greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1979 desencadeou uma das maiores ondas de greves da História do País, sendo que aos

poucos ampliou-se significativamente as ondas das reivindicações dos trabalhadores. Praticamente todas as categorias desejavam, sobretudo, melhores salários e condições de trabalho; alguns grupos, entretanto, demonstravam, além disso, interesse em pressionar o Congresso pela aprovação de novas leis. A inflexibilidade dos empregadores refletiu-se em seus atos.

As condições para a organização dos trabalhadores tornaram-se cada vez mais difíceis em 1979, com demissões arbitrárias de seus líderes. Ao longo de 1979, intensificou-se a repressão, em especial contra professores e bancários em greve. O Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos dos bancários das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, afastando dirigentes eleitos de 24 outros estados, especialmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. O presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra, ficou preso por mais de duas semanas. No Estado do Rio de Janeiro, os professores enfrentaram a Polícia Militar e viram permanentemente fechada sua associação.

Do ponto de vista do Estado de Segurança Nacional, o ano de 1979 definiu os limites da política de abertura. Ao mesmo tempo em que negociava a questão da anistia política com partidos e instituições civis dos setores da elite, o governo deixava claro que a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora. Procurando conter as greves, o governo promulgou a Lei n- 6.708, segundo a qual passariam a ser semestrais, e não mais anuais, os reajustes salariais com base no Índice de Preços ao Consumidor. Além disso, os sindicatos poderiam agora empenhar-se em negociações diretas com os empregadores a respeito de um percentual adicional de reajustes dos salários a ser baseado no cálculo dos “índices de produtividade”. A mais importante inovação desta lei era o reajuste diferenciado para diferentes faixas salariais, de maneira que apenas os trabalhadores com salários iguais ou inferiores a três mínimos teriam aumentos superiores ao do custo de vida, enquanto que os que recebiam entre três e dez mínimos teriam reajustes iguais ao índice do custo de vida. Alves (1985, p. 258) relata que:

Na opinião de economistas de oposição, esta medida supostamente redistributiva teria um efeito “Robin Hood” limitado. Como a legislação não atingia o capital ou as taxas de juros, redundava numa redistribuição da renda das classes médias para as mais baixas, sem afetar os grupos de mais alta renda. A medida teve um efeito imprevisto, ao levar categorias **profissionais de classe média** já insatisfeitas a organizar-se mais e a promover greves em 1980.

Em setembro de 1979, militantes católicos do movimento de bases e da oposição sindical organizaram e coordenaram a greve dos metalúrgicos de São Paulo, contra a vontade do presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade. Os trabalhadores realizaram assembleias em centenas de pequenas igrejas em toda a cidade de São Paulo. Após este processo a avaliação das experiências de 1979 levou à conclusão de que se impunha o estabelecimento de mais fortes vínculos entre a liderança e as bases. A excessiva dependência dos líderes individuais, como Luís Inácio “Lula” da Silva, em São Bernardo, debilitava a coordenação global, possibilitando o desmantelamento do movimento pela prisão de alguns líderes.

A greve dos metalúrgicos de 1980 deixou claro estes limites da “abertura política”. A pressão popular nas decisões governamentais não seria tolerada a partir do momento em que constituísse ameaça ao modelo de desenvolvimento econômico. As ações governamentais obedeceram às diretrizes traçadas nos manuais de treinamento da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola do Comando Maior do Exército (ECEME): total mobilização do Exército, ocupação de locais estratégicos, ataques conjuntos a concentrações de manifestantes e detenção das principais lideranças.

Ao longo de 1980, fortaleceu-se a aliança entre as organizações de base, a Igreja, os movimentos sindicais e os setores da oposição engajados na política formal. Sua importância ficou demonstrada durante greves, como a dos professores primários e secundários no Nordeste e em Minas Gerais, e especialmente a dos trabalhadores de plantações de cana-de-açúcar, em Pernambuco. Esta última envolveu cerca de 240.000 trabalhadores, espalhados por centenas de plantações de diferentes regiões do Estado.

As ações de greve passaram a ter como objetivo pressionar por reivindicações específicas que as empresas se renunciavam a negociar. Em 1981 e 1982 foram convocadas greves para deter as demissões e conseguir a readmissão dos trabalhadores afastados. A principal greve de 1981, envolvendo 9000 operários da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo, visava pressionar a direção da empresa a negociar com o sindicato a criação de uma comissão de fábrica.

### 2.3 Anistia Política, Reforma Partidária e Eleições de 1982

Alves (1985, p. 266) comenta quais eram, para o General Golbery do Couto e Silva, o principal ideólogo do Estado de Segurança Nacional, as suas preocupações fundamentais em 1980. Uma delas era a tendência para a centralização no Executivo de todas as decisões políticas e administrativas, sendo que a burocracia daí decorrente tornava-se cada vez mais um problema para o governo. Era então necessário descentralizar e partilhar o poder decisório com os estados e municípios, mas também com setores da sociedade civil. A solução estaria na criação de mecanismos para cooptar os setores da elite da oposição organizada, mas que ao mesmo tempo freassem o crescimento dos movimentos sociais. Outro obstáculo identificado por Golbery ao êxito da institucionalização do Estado era a natureza bipolar do confronto governo-oposição, que levava os eleitores a identificar os grupos no poder como governo e todos os demais grupos como oposição. A solução, que visava a desarticular o sistema de oposição, era um quadro político partidário pluralista.

Neste sentido, Alves (1985, p. 268) aponta como primeiro passo em direção ao alívio da pressão social a concessão da anistia política parcial em 1979. A medida possibilitaria um desafogo da oposição política, ao mesmo tempo em que desarticulava um amplo movimento social que se mobilizara em torno da questão da anistia. Mais grave, porém, era incluir no dispositivo da anistia um perdão incondicional aos integrantes dos órgãos de segurança que estiveram envolvidos com a tortura. Sobre o assunto Padrós comenta que:

Inegavelmente, as ditaduras do Cone Sul, com as suas conhecidas motivações repressivas de controle, de censura e de enquadramento de memórias e de consciências, fomentaram um “esquecimento organizado”, o que se consolidou com o encaminhamento de leis de anistia ou similares, que tentaram impor esse esquecimento institucional da violência executada dentro da dinâmica estatal (PADRÓS, 2009, p. 37)

O dispositivo era uma evidente vitória dos setores apoiadores da Ditadura, e eliminava a possibilidade de denúncia criminal contra os acusados da prática de tortura. Sobre este processo Florestan Fernandes comenta que:

A ditadura, como constelação social de um bloco histórico de estratos militares e civis, não se dissolveu. A “transição lenta, gradual e segura” resguardou a composição, graças à derrota do movimento das “diretas já”, conciliação elástica manobrada por Tancredo Neves e a transfiguração de Sarney – grão-vizir da ditadura – em Presidente da República (com o recuo do PMDB como “frente democrática”), a ascensão e o colapso de Collor e sua substituição por um vice-

presidente disposto a jogar simultaneamente com os ganhos e com as perdas alternativas do “fortalecimento da democracia” e com a redefinição dos papéis ativos dos líderes militares, em posições-chaves do governo “civil” e nos seus bastidores (FERNANDES, 1997, p. 147).

É preciso, porém, cuidado para que através desta análise não coloquemos apenas o governo como agente do processo, desconsiderando o papel das oposições. No caso específico da Anistia, tivemos o surgimento e a atuação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em 1975, formado por mães e familiares de presos políticos, exilados e desaparecidos, bem como de outros grupos envolvidos com o assunto. No mesmo ano, foi fundada uma seção no Rio Grande do Sul, liderada pela socióloga Lícia Peres, militante do MDB. Posteriormente, foram criados os Comitês Brasileiros pela Anistia em diversas cidades, tendo como lema uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. O primeiro foi fundado no Rio de Janeiro, em 1978. No mesmo ano foi fundado o Comitê Unitário pela Anistia no Rio Grande do Sul, que teve entre outras duas campanhas significativas: a luta pela libertação de Flávio Koutzii, Flávia Schilling e Flávio Tavares e também pela libertação dos militantes uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Dias, presos em Porto Alegre. Ainda segundo Reis:

Empreendida de início por pequenos grupos de familiares e amigos de presos e exilados, trabalhando em condições de extremo risco, porque sujeitos ao total arbítrio da ditadura ainda vigente, com uma coragem que nunca seria demais enaltecer, a idéia de anistia foi progredindo lentamente no país, principalmente nas grandes cidades, entre os estudantes universitários, intelectuais, artistas e formadores de opinião (REIS, 2004, p. 46).

Outro aspecto importante era a Lei de Reforma Partidária de 1979, aprovada no Congresso com protesto do MDB. Em 1979 a coalizão civil-militar no poder identificou considerável ameaça no crescimento eleitoral do MDB. Estudos realizados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e outros órgãos governamentais indicavam que, apesar das novas regras eleitorais, a oposição provavelmente ganharia o controle do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e, até mesmo, de muitos governos municipais nas próximas eleições. A nova lei também procurava impedir que as novas lideranças políticas sindicais participassem do processo eleitoral com a redação do Parágrafo 3, item III do artigo 5, que dizia: “Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe”.

Para legalizar um partido era necessária uma série de obrigações. Uma vez registrado provisoriamente, o partido teria de receber 5% dos votos nas próximas eleições para o Congresso, com pelo menos 3% em cada um dos nove Estados. A estratégia do governo demonstrou bons resultados, pois a desorganização da oposição após a dissolução dos partidos deu ao Estado tempo suficiente para elaborar políticas que lhe assegurariam controle majoritário do Congresso e, em especial, do Colégio Eleitoral que escolheria em 1984 o sucessor do presidente João Baptista Figueiredo. Neste processo, a oposição dividiu-se em vários partidos. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) abrangia tanto integrantes dos governos militares como antigos participantes da luta armada. Contava também com o apoio de conservadores e organizações clandestinas de esquerda como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Partido Popular (PP) foi organizado por membros conservadores do antigo MDB que acreditavam em sua própria potencialidade como governo de transição no contexto da política de liberalização controlada da Ditadura. Foi integrado basicamente por capitalistas e representantes do setor financeiro.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) conseguiu, em 1980, organizar-se em 20% dos municípios de dez Estados, congregando três importantes correntes do poder político: o trabalhismo populista de Getúlio Vargas, representado por sua presidente Ivete Vargas, sobrinha do ex-presidente; o janismo, liderado em São Paulo pelo ex-Presidente Janio Quadros; e a herança conservadora do ex-governador Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) chegou a organizar-se em 20% dos municípios de nove Estados, em 1980. Surgiu de uma cisão do PTB, onde o governo Figueiredo atuou no sentido de enfraquecer a figura de Leonel Brizola apoiando Ivete Vargas na luta pela sigla. Tendo Ivete Vargas ganhado a disputa, restou a Brizola criar uma outra sigla, revivendo nela a corrente de esquerda do trabalhismo político, herdeira do ex-Presidente João Goulart.

O Partido dos Trabalhadores (PT) cumpriu as exigências legais, em 1980, em 20% dos municípios de 12 estados. Tornou-se o terceiro maior partido de oposição. O PT nasceu das greves de 1978, 1979 e 1980, em estreita aliança com os movimentos sociais de base rural e



urbana e com a participação dos católicos progressistas (em especial aqueles oriundos das Comunidades Eclesiais de Base).

O “tranquilo” percurso da pretendida política de abertura foi perturbado, entretanto, por uma série de atividades de setores militares de *linha-dura* contrários à liberalização, ocorrendo cerca de 10 atentados no ano de 1976, entre eles um no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o seqüestro do bispo de Nova Iguaçu. Esses atentados culminaram nas bombas que explodiram no centro de convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, na noite de 30 de abril de 1981. Esses atos aumentaram a divisão interna do próprio Exército, levando inclusive o general Golbery a pedir sua renúncia.

Nas eleições de 1982, o PDT promoveu intensa campanha nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O PTB tinha influência em São Paulo, com a candidatura do ex-presidente Janio Quadros e no Rio de Janeiro, onde absorveu o lacerdismo. O PT fez campanha em nível nacional pontuando temas como saúde, educação, salários, habitação, direitos humanos, etc. O PDS aproveitou-se do aparato burocrático sob controle do Executivo (cabe lembrar que este partido surgiu a partir da Aliança Renovadora Nacional, a ARENA), bem como do voto vinculado, que levava muitos eleitores a votarem no partido que tinha maior controle político local (o PDS, no caso).

O fato de a campanha eleitoral ser bastante competitiva elevou consideravelmente o debate, politizando o processo. Em maio de 1982 realizou-se debates entre os candidatos no rádio e televisão, especialmente para o Senado e para os governos dos estados. Esses debates foram prejudiciais aos candidatos do PDS, que se mantinham na defensiva. Isso levou o governo a suspender os debates no rádio e televisão durante os dois meses que antecederam as eleições, com os candidatos podendo somente exibir seus nomes e currículos com fotografia.

Com relação aos resultados eleitorais de 82, o Pacote de Abril de 1977, um conjunto de medidas decretadas por Geisel para garantir maioria no Senado, permitindo a votação indireta de 1/3 do Senado cumpriu a sua finalidade: garantiu maior peso à representação do Nordeste, sendo que a diferença proporcional no número de cadeiras do Nordeste permitiu ao governo conquistar na Câmara dos Deputados maior número de cadeiras. Na Câmara dos Deputados, o PDS obteve 235 cadeiras, o PMDB 200, o PDT 24, o PTB 13 e o PT 8. Já no

Senado, o PDS obteve 46, o PMDB 21, o PDT e o PTB uma cada, e o PT nenhuma. O PDS venceu em 12 estados: Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O PMDB venceu em 9 estados: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Amazonas e Acre. O PDT venceu no Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, a vitória do PDS foi consequência de acentuada divisão dos votos oposicionistas, em particular entre o PMDB e o PDT, de modo que o governo venceu num estado considerado reduto da oposição. Embora a situação tenha obtido maioria nas diferentes instâncias, as eleições de novembro de 1982 representaram avanço para a oposição, pois os partidos de oposição (PMDB e PDT) passaram a controlar cerca de 80% do Produto Nacional Bruto, distribuído por 60% do território e abarcando 58% da população.

#### **2.4 O Agravamento da Crise Econômica e a Campanha “Diretas Já”**

Alves (1985, p. 292) comenta que a situação econômica era agravada, segundo o economista Walter Barelli, do DIEESE, pelo problema dos desempregados. A política recessiva imposta pela Ditadura, em 1980, aumentou o número de desempregados, que, em 1981, chegavam a 12,3% da população em idade produtiva; outros 18% eram constituídos de subempregados que viviam de expedientes, vendendo produtos nas ruas, lavando carros ou exercendo outras atividades que constituem a chamada “economia informal”. Ante a necessidade premente de dólares para o pagamento do serviço da dívida, o governo multiplicava os incentivos fiscais às safras agrícolas destinadas à exportação. Foi grande a resultante pressão inflacionária sobre os preços dos alimentos. Entre 1977 e 1980, o salário mínimo foi reajustado em 203%, mas os preços dos alimentos subiram 428%.

A indignação da opinião pública ante as diferentes medidas constantemente tomadas pelo governo explodiu em greves de grandes proporções durante o mês de julho. No dia 6 de julho, 1.100 trabalhadores da refinaria estatal de Paulínia, perto de Campinas, no Estado de São Paulo, entraram em greve em protesto contra o Decreto nº 2.036, que não só reduzia consideravelmente os direitos dos empregados das empresas estatais como baixava os níveis de emprego no setor. No dia seguinte, petroleiros da refinaria de Mataripe, na Bahia – que abastece todo o Nordeste – aderiram à greve, em apoio aos trabalhadores de Paulínia. No Rio Grande do Sul, milhares de trabalhadores promoveram passeata de protesto entre Canoas a

Porto Alegre, num percurso de 20 quilômetros. Foram seguidos pela Polícia Militar, mas não houve detenções.

Em 1983, a Lei de Segurança Nacional foi modificada, mas não revogada nem profundamente atingida em seus elementos essenciais, continuando a estabelecer o parâmetro legal do “inimigo interno”. A resistência das polícias locais e a influência apenas parcial que os governos dos Estados exerciam sobre a Polícia Militar agravam a dificuldade no trato de uma situação explosiva. De qualquer modo, o fato de que mesmo sob governos democraticamente eleitos (no caso de prefeituras e governos de Estado) os desempregados e os grevistas pudessem ser detidos e espancados nas ruas (como de fato foram, algumas vezes) provocou sérias críticas aos governos de oposição. O que se viu então, em 1983, foi uma adaptação dos governantes à estrutura autoritária geral, de tal modo que os governos de oposição já quase não se diferenciavam, em maneira de governar, de muitos governos do PDS.

Em janeiro de 1984, os partidos de oposição, juntamente com as entidades da sociedade civil representativas, tomaram uma posição de forte defesa de eleições diretas para Presidente da República, demonstrando uma maior crítica às sucessões ocorridas de maneira indireta. A “Caravana das Diretas”, organizada por uma comissão suprapartidária e apoiada por mais de 200 entidades da sociedade civil, realizou comícios em quase todos os estados do Brasil conseguindo enorme apoio popular. No entanto, a Emenda necessitava do apoio de dois terços da Câmara e do Senado e isto não ocorreu. Assim sendo o novo presidente foi escolhido pelo Colégio Eleitoral. Com apoio da oposição, Tancredo Neves, do MDB, derrotou Paulo Maluf do PDS. Porém, um dia antes de tomar posse foi internado com problemas de saúde, falecendo dias depois. Assumiu seu vice, José Sarney, do PDS e ex-Arena. Desta maneira, como aponta Padrós e Gasparotto (2009), a Nova República foi “marcada mais por continuidades do que por rupturas”.

## **2.5 O Movimento Estudantil no Processo**

A repressão ao movimento estudantil iniciou desde o início da Ditadura Civil-militar. Ainda em novembro de 1964 Castelo Branco promulgou a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy, devido ao Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda. A lei acabava com a

autonomia e a representatividade das entidades do movimento estudantil ao tentar transformá-las em órgãos dependentes do MEC, tanto na questão das verbas quanto da orientação política. Pela lei, as entidades eram proibidas de participar de qualquer manifestação de caráter político-partidário e de greves. Pontuava ainda que os diretores das faculdades que fossem coniventes sofreriam sanção. Em fevereiro de 1967, Castelo Branco revogou a Lei 4.464/64, com o Decreto-Lei nº 228, conhecido como Lei Suplicy-Aragão ou decreto Aragão, em função do ministro Moniz de Aragão. A partir deste decreto, foram extintas as entidades estudantis de nível nacional e estadual, permanecendo somente os Diretórios Acadêmicos (DAs) e os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs).

Após o decreto do Ato Institucional nº 5, as atividades de oposição à Ditadura tornaram-se bem mais difíceis e para o movimento estudantil não foi diferente. Em fevereiro de 1969, o governo baixou o decreto 477, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional e que estabelecia a proibição da participação de estudantes, funcionários e professores em protestos no interior dos estabelecimentos públicos. A punição para quem desobedecesse a lei era o desligamento e a proibição de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino por três anos, no caso dos estudantes, e a demissão e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por outro estabelecimento pelo prazo de cinco anos, no caso dos professores. Sobre este processo Cavalari (1987, p. 138) salienta que:

É importante salientar que essa medida se tornou imprescindível para que o governo pudesse colocar em prática as medidas propostas pela Reforma Universitária, através da Lei n- 5.540, promulgada a 28 de novembro de 1968.

A última diretoria da UNE, empossada em abril de 1969, foi duramente perseguida, sendo que o presidente Jean Marc Van der Weid foi preso no Rio de Janeiro, em setembro de 1969, e em janeiro de 1971 foi banido do País, em troca do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, seqüestrado em dezembro de 1970 por guerrilheiros urbanos. Para assumir a presidência, foi indicado o nome de Honestino Guimarães, que ficou na presidência até outubro de 1973, sendo preso no Rio e nunca mais visto. Seu nome consta até hoje na lista de desaparecidos políticos da Ditadura. Segundo Cavalari neste momento:

A nível interno, o Movimento Estudantil se deparou, na sua rearticulação após o AI-5, com a “velha” questão de 68, ainda não resolvida, ou seja, como articular a luta específica com a luta política mais ampla da sociedade (CAVALARI, 1987, p. 150).

Com o endurecimento da Ditadura, muitos estudantes fizeram a opção pela luta armada. Maria Paula Araújo (2008) comenta que “esquerdas, juventude e radicalidade política estiveram fortemente vinculadas e, mais do que isso, deram uma marca inequívoca às décadas de 1960 e 1970 na América Latina.” Já Reis afirma que

Nos anos 50 e 60 do século 20, no âmbito do então chamado *terceiro mundo*, a *guerra fria* tornara-se quente. Embora fosse possível relacionar processos de transição pacífica, marcados pela conciliação, o que predominava, no imaginário, na mídia, no vocabulário e no terreno, era o confronto violento, a luta armada, reformas arrancadas pela força, guerrilhas e revoluções sociais (REIS, 2004, p. 33).

No final de 1972 e início de 1973, a alternativa encontrada para continuar a realizar os encontros estudantis e construir uma relação inter-estadual foram os chamados Encontros de Área, onde a partir de discussões mais específicas e relativas à atuação profissional debatia-se questões como política educacional e a sua relação com o modelo de sociedade imposto pela Ditadura.

A partir de 1976, os encontros de área deram lugar aos Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) com o objetivo de reorganizar a nível nacional o movimento estudantil. Aos poucos o movimento vai se rearticulando e segundo Cavalari:

O movimento estudantil voltou à cena pública, entre 1975 e 1980, tendo atingido seu ápice em 77, com grandes manifestações de rua em todo o país. Desde as importantes greves estudantis de 75 até a reconstrução da UNE, em 1979, o movimento foi marcado por uma crescente organização e mobilização (1987, p. 209.).

Nesse período, surgiram várias tendências estudantis que tinham uma série de bandeiras em comum como a defesa das liberdades democráticas e derrubada da Ditadura, anistia ampla, geral e irrestrita, Assembléia Nacional Constituinte, mas que aos poucos foram apresentando suas diferenças de leitura da conjuntura bem como das maneiras de atuar neste contexto (Anexo 5).

Conforme Andrade (1994, p. 30), “a tendência estudantil é um canal informal de organização dos estudantes; é através dela que as lideranças estudantis elaboram o conteúdo político e reivindicativo que serão encaminhados pelas entidades”. Na sua opinião, a tendência estudantil era um elo de ligação entre os partidos políticos e a Universidade, havendo um diálogo programático entre estes dois segmentos.

O I ENE ocorreu na cidade de Campinas, SP, em janeiro de 1976. Neste encontro, houve divergências quanto quais seriam os critérios de participação. O número de entidades foi reduzido sendo marcado para o segundo semestre do mesmo ano o II ENE.

Em outubro de 1976, os estudantes realizaram o II ENE na Universidade de São Paulo (USP), contando com a participação de 281 delegados e mais de 500 observadores. A proposta era discutir as tarefas para a reorganização do movimento em nível nacional, bem como as eleições municipais que ocorreriam em novembro. Deliberaram a construção de uma campanha pelo voto nulo e a realização de um plebiscito nacional por eleições livres.

O III ENE foi marcado para junho de 1977, no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. Ainda no mês de maio o Ministro da Educação do governo Geisel, Ney Braga, distribuiu nota considerando o Congresso ilegal. O reitor decretou recesso escolar no período. Mesmo assim cerca de 300 delegados decidiram permanecer e realizar o encontro. Durante a noite o campus foi invadido pela Polícia Militar. Vários estudantes foram presos. No final do dia seguinte houve uma passeata no centro de Belo Horizonte e nos outros dias em várias cidades do País ocorreram protestos. Em uma Assembléia Metropolitana dos estudantes paulistas, ocorrida na USP, decidiu-se marcar para o dia 21 de junho na própria USP o III ENE. Porém, no dia 13 de junho representantes de diretórios acadêmicos de vários estados reunidos no “Comitê 1 de Maio”, na USP, deliberaram pelo adiamento do encontro para o segundo semestre do ano. Posteriormente, marcaram a data de 21 de setembro de 1977, na USP. Novamente o encontro foi proibido pelo Governo Federal e pelo governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins.

No dia do encontro, a Universidade amanheceu cercada e foram montadas barreiras policiais nas principais estradas que davam acesso à capital. Os estudantes decidiram que se fosse impedido o encontro na Cidade Universitária, o realizariam na Faculdade de Medicina que ficava fora do “campus”. Mas foram impedidos de realizar nos dois locais. Em uma operação comandada pelo Secretário de Segurança, Coronel Antônio Erasmo Dias, policiais invadiram a Faculdade e cercaram o Centro Acadêmico, sendo presos 167 estudantes. Porém, no dia seguinte, os estudantes que se encontravam em São Paulo realizaram, clandestinamente, o III ENE em uma das salas no novo prédio da PUC-SP.

Para tirar a atenção da repressão, ocorria simultaneamente no salão Beta da PUC uma assembléia para encaminhar o Dia Nacional de Protesto, convocada pela Comissão Executiva nacional dos DCEs. Durante o III ENE, foi criada a “Comissão pró-UNE” que tinha como objetivo divulgar o histórico da entidade, realizar debates, elaborar um jornal periódico mensal, organizar o IV ENE, bem como coordenar campanhas estudantis em nível nacional. O IV ENE ocorreu nos dias 3 e 4 de outubro de 1978, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, com a participação de cerca de 500 delegados de 14 estados. Para evitar atitudes repressivas como do encontro anterior, as lideranças estudantis buscaram apoio de diversas entidades e parlamentares que garantissem o seu direito à liberdade de organização. Não houve repressão direta, mas as emissoras de rádio e televisão de São Paulo foram proibidas de divulgar notícias referentes ao encontro. As principais pautas do encontro foram a reconstrução da UNE e as eleições de 15 de novembro. Com relação às eleições, houve divisão entre os que defendiam voto nulo e os que defendiam o voto nos candidatos do MDB. Ganhou a resolução que propunha o voto no MDB. No segundo dia do evento, foi aprovada a realização de um Congresso de Reconstrução da UNE para os dias 29 e 30 de maio de 1979. Também aprovaram que o número de delegados para o Congresso seria deliberado de acordo com o número de estudantes de cada universidade.

Nesse período, retomaram-se as reconstruções das entidades estudantis de um modo geral, sendo que o DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme, da USP, foi reconstruído em março de 1976 e a UEE-SP em agosto de 1977. Para o DCE da USP venceu a Chapa Refazendo, que segundo Cavalari (1987, p. 223-224) era “uma tendência do ME representada, nesse momento, pelos chamados ‘independentes’, isto é, por estudantes que não estavam organicamente vinculados à organizações partidárias.

Por conta disso a Refazendo manteve grandes polêmicas com os ‘Aparelhistas’<sup>3</sup> (PC do B, LIBELU), que entendiam que o DCE deveria funcionar como um ‘aparelho’ dessas organizações. A primeira atividade do DCE foi um debate sobre anistia com Terezinha Zerbini, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, motivado por uma greve de fome levada a cabo por um preso político de Santa Catarina, que havia sido internado como louco em um Hospital Psiquiátrico.

---

<sup>3</sup> Esta nomenclatura é dada por Cavalari. Aqui optei por manter o termo adotado pela autora, embora tendo a discordar desta visão de que os grupos políticos com vinculação partidária sejam denominados de aparelhistas em contraposição aos ditos independentes. Esta visão é simplista e reducionista, além de ser um tanto ingênua no que diz respeito aos processos de disputa política.

A atividade que consolidou a atuação da entidade perante os estudantes foi a campanha desenvolvida no segundo semestre de 1976 contra o restaurante do CRUSP, mantido pela Coordenadoria de Saúde e de Assistência Social (COSEAS), da USP, que havia aumentado os preços dos RUs. O DCE lançou um jornal chamado *Sujeira*, criticando a qualidade da comida, a falta de higiene e a corrupção. Com o apoio de funcionários, os estudantes tomaram o restaurante, assumiram a cozinha e os caixas, cobraram os preços antigos e depositaram o dinheiro arrecadado em conta corrente em nome da COSEAS, uma vez que esta se recusou a receber o dinheiro dos estudantes.

Já a UEE-SP foi reconstruída em 27 de agosto de 1977, durante a realização do Congresso de fundação da UEE, realizado na Escola Politécnica da USP. Contou com a participação de três mil estudantes, mais oitocentos representantes de cem entidades estudantis paulistas. Foi criado um Conselho Estadual de Entidades, que respondeu pela diretoria da UEE até as eleições de 4 e 5 de maio de 1978.

Concorriam duas chapas nestas eleições: a “Construção”, resultante da composição das tendências “Refazendo”, “Caminhando” e “Novo Rumo”, e de outro lado a LIBELU, que não compôs com mais ninguém. Os programas eram parecidos e conclamavam a luta por liberdades democráticas, melhores condições de ensino, anistia, direito de greve, fim da Ditadura Civil- Militar e reconstrução da UNE. Porém, a LIBELU defendia também a expulsão do imperialismo, a convocação de uma Assembléia Constituinte, o voto de analfabetos, soldados e marinheiros, e a aliança operário-estudantil. A chapa Construção obteve 22.915 votos, enquanto que a LIBELU obteve 9.713.

Os debates e as disputas na Universidade de São Paulo, sinalizavam e eram referências para as discussões políticas do Movimento Estudantil em todo o País. Em nível nacional, o processo de reorganização das entidades estudantis terminou com o acontecimento do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes, que ocorreu na cidade de Salvador, em 1979.

Antes, em dezembro de 1978, os estudantes foram surpreendidos com um projeto de reorganização da UNE feita pelo deputado Fernando Coelho, do MDB. O projeto proibia a



participação “político-partidária” e previa a revogação dos decretos 477 e 228. Este projeto de UNE “biônica” não agradou a militância estudantil, ainda mais que o projeto havia contado com a aprovação unânime da base aliada da Ditadura.

Maria Paula Araújo, ao estudar os movimentos juvenis de esquerda na América Latina, coloca que nas décadas de 1960 e 1970 ganhou força a visão de que as ditaduras seriam destruídas através da luta armada. Ela trabalha com uma série de exemplos (diversos entre si) afirmando que na Europa muitos dos seus quadros eram formados por jovens, egressos dos bancos universitários. Entre os exemplos estão o ETA espanhol e o IRA irlandês, os quais se legitimavam pela idéia de “violência justa” ou uma “violência revolucionária”. Para a autora estes movimentos tinham características globais e

Portanto, a opção política pela violência e pelo caminho da luta armada não pode ser vista como um fenômeno limitado à realidade política latino-americana. Tampouco pode ser encarada, exclusivamente, como uma resposta às ditaduras militares. A experiência da luta armada, em alguns países da América Latina, precedeu aos golpes militares que instituíram regimes ditatoriais: como a guerrilha dos tupamaros no Uruguai (ARAÚJO, 2008, p. 251-252).

Essa valorização da violência como atuação política teria origem na experiência das lutas anticoloniais, especialmente nos casos do Vietnã e Argélia, onde teria se forjado o conceito de “violência justa”, “violência do oprimido contra o opressor”. Outros exemplos de violência revolucionária seriam as revoluções Cubana e Chinesa. No caso do Brasil, ela menciona que as críticas feitas à postura do PCB, diante do Golpe de 1964, levaram uma série de militantes a fazer a opção pela luta armada, que seria para estes a “via revolucionária”.

Mas luta armada no Brasil também se relaciona com a questão da juventude e da radicalidade que estamos discutindo. Não apenas porque a maioria de seus quadros era de jovens universitários mas porque, numa certa medida, a luta armada no Brasil pode ser vista como o resultado da repressão de imensas energias brotadas ao longo das manifestações de 1968 e subitamente cortadas em 1969, com o AI-5 (ARAÚJO, 2008, p. 269).

Ainda, segundo a autora, a experiência da luta armada foi derrotada e, no período entre 1969 e 1972, a maioria das organizações terminaram desbaratadas. Após a derrota, várias organizações e militantes passaram a fazer um balanço e nela definiam a conjuntura “como sendo de ‘resistência’ (e não de enfrentamento) e propunha a organização de uma frente de luta pelas liberdades democráticas.” De acordo com Araújo (2008, p. 270) “ainda nesse caso, os responsáveis por essa radicalidade foram os jovens estudantes, universitários e

secundaristas que se agregavam nas ‘tendências estudantis’, pelo Brasil afora – que eram os braços legais de organizações e partidos clandestinos”. Cabe aqui uma crítica a esta autora, visto que a experiência de luta armada não foi adotada por todos os grupos políticos estudantis, muito menos contou com a participação de apenas estudantes, mas também de camponeses, operários, etc. Segundo ela, “nesse momento do enfrentamento com o regime militar, a noção de “violência revolucionária” foi substituída pela noção de “resistência”. Mas o sentido da palavra resistência não colocava em abandono a idéia de revolução socialista.

Embora não se possa pensar que as experiências de luta armada tenham uma relação mecânica com a juventude e também não se possa enxergar a juventude como potencialmente revolucionária, entendemos que Maria Paula Araújo contribui no sentido de pensar a atuação dos estudantes, ou melhor, da parcela que optou pela luta armada, especialmente daqueles ligados à UNE. Esta parcela, a partir de meados dos anos 70, abandona o projeto guerrilheiro e parece entrar no compasso dos demais movimentos de oposição à Ditadura Civil- Militar. O ME entende que é necessário reorganizar-se e acumular forças, atuar nos espaços institucionalizados e lutar pelo alargamento de atuação nesses espaços, bem como aliar na luta de massas os aspectos gerais com os mais específicos dos estudantes.

No próximo capítulo abordaremos estes aspectos no movimento estudantil santamariense.

### **3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM SANTA MARIA: DA RECONSTRUÇÃO DA UNE ÀS “DIRETAS JÁ” (1979-1984)**

Após termos apresentando um panorama da discussão teórica sobre o movimento estudantil, bem como trabalhado com o contexto mais geral da redemocratização ou como prefiro chamar, da transição conservadora, vamos ao estudo da atuação dos estudantes universitários em Santa Maria. Em conversas informais com militantes que vivenciaram o período em Santa Maria percebemos que poderíamos caracterizá-lo como de bastante conflito entre os grupos políticos de esquerda, que após a relativa abertura política que se estabeleceu procuravam construir sua hegemonia, o que é extremamente legítimo. A pesquisa, no entanto, não se ateu a estes aspectos, procurando trabalhar mais com os pontos em comum das discussões. A análise das divergências dariam, com certeza, uma outra pesquisa.

#### **3.1 O Congresso de Reconstrução da UNE**

Para o movimento estudantil universitário, o ano de 1979 teve como marco principal a reconstrução de sua entidade nacional, a União Nacional dos Estudantes. Em Santa Maria também ocorreram discussões sobre a questão. Um dos entrevistados da pesquisa, Estilac Xavier, comentou que no período “a principal luta foi a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) que era uma organização nacional proscrita. Isto organizou os estudantes nacionalmente e nos estados nos organizamos através da União Estadual dos Estudantes (UEE) contra as estruturas oficiais do MEC, que era o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE)”.<sup>4</sup> O outro entrevistado, Athos Ronaldo Miralha da Cunha <sup>5</sup> também comentou que “Quando a resistência<sup>6</sup> venceu as eleições – em 1978 – imediatamente foram organizadas a UEE e a UNE.”

Na época, o DCE da UFSM estava ligado a grupos que apoiavam a Ditadura Civil-Militar, sendo que encontramos nas Atas do Conselho Universitário a opinião do presidente do DCE, Elias Pontelli, que afirmava

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida ao autor por email, em 03/06/11.

<sup>5</sup> Entrevista concedida ao autor por email em 07/05/11.

<sup>6</sup> O Grupo Resistência surgiu a partir de uma divisão do grupo chamado de Viração (ligado ao PC do B). Após esta divisão os militantes da Resistência se organizaram em torno do Partido Revolucionário Comunista (PRC), que inicialmente fazia parte do PMDB e posteriormente entrou para o PT.

Atitudes estranhas estão sendo tomadas pela Administração da Universidade Federal de Santa Maria. Enquanto o Governo Federal sanciona leis em que não reconhece entidades a nível estadual e nacional, em termos estudantis, a UFSM apóia o movimento para a reconstrução pró-UNE. Trata-se de um fato ocorrido no último fim de semana, quando da realização de Congresso pró-UNE em Porto Alegre, ocasião em que integrantes da comitiva de Santa Maria lá chegaram em ônibus da Universidade. O DCE lamenta esta tomada de atitude da Instituição e espera que coisas como esta não mais ocorram (Consu, Ata n. 257, 05/09/79, p. 03).

No entanto, antes da discussão da reorganização da UNE, ocorreu uma série de manifestações por pontos mais específicos em Santa Maria, como melhorias nas condições de transporte, moradia estudantil, etc. Como colocou na entrevista Carlson Aquistapasse

Debatíamos de tudo: reformas curriculares, melhoria do ensino, qualidade do transporte para o campus universitário, qualidade e preço da alimentação na Universidade, promoção de seminários sobre tecnologias da época, e a participação da comunidade acadêmica nos temas da Universidade. Interagíamos muito também com palestrantes, empresas e o sindicato de engenharia. Outro tema que nos exigia atenção era a discussão sobre a não privatização da universidade pública.<sup>7</sup>

Os decretos 477 e 228 também ocuparam a pauta estudantil no período. No dia 05 de junho deste ano, foi realizado um ato público em frente ao Restaurante Universitário, no Campus da Universidade Federal de Santa Maria, apresentando a revogação destes decretos como uma conquista dos estudantes frente à Ditadura Civil-Militar. Não por acaso este dia foi chamado de Dia da Conquista e teria contado, segundo fontes do Jornal *A Razão* (06/06/79), com cerca de 1500 estudantes.

Com relação ao processo de eleições para a UNE, estas ocorreram no mês de outubro, sendo que em Santa Maria inscreveram-se cinco chapas, sendo elas: Mutirão, Unidade, Novação, Liberdade e Luta (LIBELU) e Maioria. Estas eleições tiveram um papel importante, levando-se em consideração que foram as primeiras dentro da Universidade Federal de Santa Maria que ocorreram de forma direta desde o ano de 1968. As quatro primeiras chapas declaravam-se de oposição à diretoria do DCE e à Ditadura Civil-Militar, enquanto a última era ligada ao DCE e declarava apoio à Ditadura. O resultado das eleições foi o seguinte: Novação – 107 votos; Maioria – 415 votos; Mutirão – 1613 votos; Unidade – 281 votos; LIBELU – 62 votos; nulos – 23 e brancos – 64.

Com relação às eleições ocorridas em todo o país POERNER (2004, p. 290-291) comenta que “no início de outubro de 1979, mais de 360 mil universitários de 1.099 diretórios

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida ao autor por email, 27/05/11.

filiados votaram nas diretas que elegeram o estudante baiano de Comunicação, Rui Cesar Costa e Silva, 23 anos, então presidente do DCE da UFBA e candidato da Mutirão, para a presidência da UNE”. As divergências políticas que se expressavam nas eleições da UNE refletiram nas eleições para o DCE ocorridas em novembro, sendo que os grupos contrários a diretoria que estava no comando da entidade se agruparam na Chapa denominada Resistência. Esta chapa era encabeçada pelo estudante de Medicina Gilberto Lang. A chapa de situação era denominada de Democracia e Trabalho e era liderada por Clébio Callegaro. O recém-eleito presidente da UNE, Rui Cesar, esteve presente no lançamento da Chapa Resistência para o DCE, onde concedeu entrevista ao jornal *A Razão*, comentando sobre o projeto do governo de autarquias para a Universidade onde afirmou que:

Além do posicionamento contrário que temos, para nós ele não vem modificar os aspectos principais da universidade brasileira, pois ele vem aprofundar a crise do ensino desde a implantação da Reforma Universitária, que é a elitização, o alcance cada vez menor das camadas mais pobres da população à própria universidade que serve, cada vez mais às empresas e não ao interesse da população. Estes são os pontos que nós discordamos do projeto como um todo (A RAZÃO, 31/10/79).

### **3.2 Luta Contra a Carestia**

Em 1980, ocorreu uma série de manifestações elencando tanto pautas específicas do movimento estudantil como de caráter mais geral, envolvendo vários setores da sociedade. Nas questões específicas, temos a bandeira do aumento da representatividade dos estudantes nos conselhos da universidade, um espaço onde era, e ainda são, tomadas decisões sobre políticas de ensino. De acordo com Parecer apresentado no Conselho Universitário, “a petição é no sentido de exigir que tenham, pelo menos, um quinto de representantes, assegurados pelo Conselho Universitário, em todos os órgãos colegiados, em todos os níveis na universidade” (Ata n. 268, 17/03/80, p. 10). Essa discussão teria desfecho no ano de 1981, como veremos adiante.

Um dos movimentos mais gerais foi o movimento contra a carestia, organizado na cidade pelo PMDB, DCE e Associações Comunitárias de Santa Maria. Para ter uma idéia de quem participava das atividades, o jornal *A Razão* (23/03/80, p. 09) relata que havia acontecido reunião na Câmara de Vereadores para organizar ato na Praça Saturnino de Brito. A mesa que presidiu a reunião era composta por Vinicius Pitágoras Gomes, presidente do PMDB local, Adelmo Genro, da OAB de Santa Maria, Adelmo Genro Filho, vereador do

PMDB, Cecília Pires, presidente do núcleo dos Direitos Humanos, reverendo Beno Rumpel, da Igreja Luterana, Gilberto Lang, presidente do DCE, e Nelci Trindade, da Associação Comunitária de Santa Maria. O objetivo principal do movimento era chamar a atenção para a alta do custo de vida e os reflexos na população com menor poder aquisitivo.



Figura 1 - Protesto contra a carestia na Praça Saturnino de Brito  
Fonte: *A Razão* (30/03/80, p. 07)

### 3.3 Congresso da UEE-RS em Santa Maria

Em setembro de 1979, ocorreu o Congresso de reconstrução da UEE do RS, em Porto Alegre. Já no mês de março de 1980 ocorria o segundo Congresso da entidade, em Santa Maria. Sobre o Congresso de Santa Maria, o Secretário-geral do DCE-UFSM à época, Aldo Fornazieri, comentou que

o Congresso unificará a reivindicação por mais verbas para a Universidade e contra o ensino pago no Rio Grande do Sul, pois as delegações das escolas (mais de 500 delegados) trarão seu posicionamento frente ao aumento das taxas e anuidades, votando ou pelo congelamento ou pela exigência de um índice mínimo de aumento de 35% (*A Razão*, 27/03/80, p. 09).

N'A *Razão* (01/04/80, p. 13) foi relatado que os 308 delegados e mais de 1000 observadores presentes no Congresso realizado no Avenida Tênis Clube deliberaram que a UEE seria a única entidade representativa dos estudantes do Rio Grande do Sul, bem como entidade apartidária, autônoma e independente, ao contrário das propostas que colocavam que a entidade deveria reconhecer o PMDB ou o PT como os principais partidos da oposição. A matéria também traz que nos bastidores havia relativa divergência quanto à questão do Diretório Estadual dos Estudantes – DEE, ao comentar que o vice-presidente da UNE, Marcelo Barbieri, declarou que 8 DCEs e 57 entidades filiadas ao DEE não teriam sido convocadas para participar do Congresso, o que para ele seria um erro, pois estas entidades teriam sido eleitas pelos estudantes.

Ainda segundo o Jornal, esta não era a posição do presidente da UNE, Rui Cesar, presente no evento, pois para ele o DEE não poderia ser considerado uma entidade, mas “é um aparelho criado pela Ditadura e não pelos estudantes”. Com relação à conjuntura política, foi encaminhado ato público sem data marcada para reivindicar a manutenção das eleições de 1980, pelo repúdio à reformulação partidária da Ditadura e pela ampla liberdade de organização dos partidos, inclusive daqueles que até o momento estavam na clandestinidade. As eleições para eleger a primeira diretoria da entidade foram marcadas para os dias 28 e 29 de abril. Também deliberaram por uma campanha de retomada da sua Sede, em Porto Alegre, que estava sob controle do DEE. Com relação à carta de Princípios, foi adotada a mesma aprovada no Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador (Anexo 6). A política nacional também foi discutida através das moções aprovadas no Congresso. Entre as moções havia uma pela legalização do aborto, de apoio à luta do povo de El Salvador, pela libertação de José Sales de Oliveira, considerado o último preso político no Brasil. Reafirmaram, ainda, que a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita deveria continuar e que apoiariam os Comitês Brasileiros de Anistia no movimento pela libertação de Flávia Schilling e dos uruguaios seqüestrados no Brasil. Após o encerramento do encontro, o cantor Noel Guarani se apresentou.



Figura 2 - Congresso da UEE  
 Fonte: A Razão (01/04/80, p. 13)

Dentro da conjuntura nacional, em abril de 1980, Leonel Brizola esteve em Santa Maria participando de atividades, após 15 anos sem comparecer na cidade, devido ao seu exílio político.



Figura 3 - Visita de Leonel Brizola a Santa Maria

### 3.4 Dia Nacional de Luta Contra o Ensino Pago

N'A Razão (19/04/80, p. 12) consta que ocorreu ato público no saguão do prédio da Antiga Reitoria pela passagem do Dia Nacional de Luta contra o Ensino pago. O protesto deu-se contra o projeto de Autarquização das universidades e a falta de verbas para a educação.



Com relação ao projeto de autarquia, o jornal relata a fala de alguns participantes do ato, entre elas a de Nádyá Pesce de Oliveira, vice-presidente do DCE, o qual afirmou que o projeto era um verdadeiro golpe sobre os estudantes e a população em geral.

Segundo a reportagem, houve certo tumulto neste momento, interrompendo a fala de Nádyá Oliveira. Logo após, o diretor do DADECA, Marcos Rolim, pegaria o microfone para dizer que “antes a repressão nos dispersava a cacetadas, hoje determinados elementos são obrigados a vir aqui para ensaiarem inofensivas vaias. Isso mostra a vitória do nosso movimento”, dando a entender que as vaias haviam sido puxadas por setores estudantis favoráveis à Ditadura.

O jornal não cita o nome, mas comenta que um estudante da UFRGS, membro do DCE daquela instituição, afirmara que o governo tentava se desresponsabilizar do ônus da educação, dando autonomia financeira às universidades, através do projeto de autarquias especiais. Teria afirmado ainda que:

não vamos permitir que nosso ensino se volte ainda mais para interesses externos à nossa realidade. Não podemos admitir que a população não possa estudar, porque o ensino é privilégio de todos e não de uma minoria. Queremos mais verbas para a educação e vamos unir forças para combater a Ditadura (*A Razão*, 19 de abril, p. 12).

Já Augusto Cezar Pereira, da Medicina, chamou a atenção para a diminuição crescente das verbas para educação, comparando que em 1964 foram destinados 12 % do orçamento para a educação, enquanto no ano de 1980 teriam sido apenas 4 %, ao mesmo tempo que a Segurança Nacional teria um montante de 40 %.



Figura 4 - Dia Nacional de Luta Contra o Ensino Pago em Santa Maria

Sobre as verbas para a Universidade Pública o jornalista Carlos Pavani, em uma intervenção no Conselho Universitário, apontou que:

A situação como foi colocada pela representação estudantil transcende à UFSM, porque é um problema enfrentado pela Universidade Brasileira. Esta defasagem das verbas destinadas à educação desatendem aos interesses nacionais, aos interesses da Universidade como fonte de produção de uma elite pensante e capaz de gerar uma tecnologia nacional, ficando submetida sempre, porque é uma maneira de estarmos sob um determinado jugo branco (Ata n. 272, 21/05/80, p. 25).

Complementando esta discussão sobre a Universidade, é importante colocar a entrevista que Gilberto Lang, então presidente do DCE, concedeu ao jornal *A Razão* (25/05/80, p. 14, 15 e 16). Nela, são tecidas opiniões sobre vários pontos do período. Um deles sobre a participação estudantil nas discussões políticas:

Cada vez o estudante discute mais e discute porque ele vê a necessidade de discutir. Ele vê que de repente está pagando escola e está ganhando cada vez menos. Muitas vezes tem uma atividade profissional durante o dia e estuda numa faculdade paga durante a noite. São questões que, inegavelmente, levam à discussão, ao questionamento pessoal do aluno. Porque o ensino, que deveria ser público e gratuito, é, cada vez mais pago. A perspectiva de consciência estudantil é boa neste sentido.

Já ao ser indagado se a maioria dos estudantes santa-marienses era consciente e participativo comentou que:

Não sei se daria para colocar como um todo, o universitário santa-mariense participa, é consciente. Agora, que se vive um momento importante na política estudantil santa-mariense isto é inegável. O conjunto, hoje, é mobilizado, discute. A cidade hoje tem um nível de destaque em relação a política estudantil no Estado.

### 3.5 As Eleições Para a UEE

As eleições para a UEE ocorreram nos dias 28 e 29 de abril, sendo que as chapas concorrentes eram Viração, Novação, Liberdade e Luta, Unidade. Em matéria d'*A Razão* (23/04/80, p. 09) foi comentado que nos programas divulgados pelas chapas havia muitos aspectos semelhantes, como a luta por mais verbas, com a volta dos 12 % do Orçamento da União destinados anteriormente a 1964 à educação e a luta por maior participação dos professores e estudantes na elaboração dos currículos. No que diz respeito às divergências, citou a opinião de Luiz Marques, presidente do DCE da UFRGS e candidato a presidente da UEE pela chapa Novação para quem a grande polarização estaria dando-se na forma como os grupos pretendiam encaminhar a luta contra o ensino pago. A proposta da Novação era de que a UEE incentivasse a formação de comissões estudantis, tiradas em assembléias gerais e em salas de aula, que seriam um elo de ligação entre as diretorias das entidades e os estudantes. Ele citou o exemplo de Caxias do Sul, onde teriam sido tiradas 35 comissões para o boicote ao aumento das anuidades, que estaria há mais de um mês envolvendo cerca de 5000 estudantes.

Segundo Luiz Marques, ainda, a chapa Viração não apresentava propostas concretas de como enfrentaria o projeto Portella. Já Aldo Fornazieri, Secretário-geral do DCE-UFSM e candidato a secretário-geral da UEE pela Viração, respondeu a Luis Marques dizendo que a sua chapa não negava a importância das comissões de boicote como a de Caxias do Sul, mas a considerava limitada. Afirmava que somente uma mobilização estadual pressionaria as autoridades e, nesse sentido, a Viração apresentava a proposta de uma UEE-Volante, presente em todas as faculdades do estado e aprofundando o debate.

Quanto à questão partidária, Marcos Rolim, membro do DADECA e candidato a vice-presidente da região centro-oeste pela chapa Viração comentou que defendiam a resolução aprovada no 2. Congresso de que a entidade não se filiasse a nenhum partido político e afirmava para o jornal que a “Liberdade e Luta e a Novação propõem que a UEE apóie o PT, embora não falem explicitamente em filiação, e a chapa Unidade quer apoio ao PMDB.” Já

Luis Marques rebateu dizendo “Não estamos propondo que a UEE apóie unicamente o PT, mas queremos deixar claro o partido que estamos defendendo”.

Outra polêmica envolvendo a UEE ocorreu devido a uma deliberação do Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) que suspendia as eleições diretas da UEE, o que na prática significaria o seu não reconhecimento enquanto entidade. Em virtude disto, a diretoria do DCE-UFSM enviou um documento à UNE. O documento é o seguinte:

Considerando:

- 1) A Declaração de Princípios do XXVIII Congresso da UNE sobre a lei Suplicy, que cria os Diretórios Estaduais de Estudantes e Diretório Nacional de Estudantes para substituir as verdadeiras entidades estudantis (UEEs e UNE) firme e decisiva quando afirma: ‘repudiamos a lei e negamos a legitimidade, para orientar o movimento estudantil ser ...’(trecho ilegível).
  - 2) O programa do XXIX Congresso Nacional do Estudante, também claro e incisivo no seu ponto de n 10 ‘luta contra as tentativas d ditadura de esmagar o ME através do decreto contra greve através de entidades pelegas (...)
  - 3) Que a resolução do CONEG fere deliberações anteriores do XXVIII e XXIX Congressos Nacionais de Estudantes, instâncias superiores ao CONEG e a Diretoria da UNE, não revogadas por outro Congresso.
  - 4) Que o CONEG e a Diretoria não têm poder de revogar decisões de Congresso, instância máxima de democracia dos estudantes brasileiros.
  - 5) Que a Diretoria da UNE não pode encaminhar as deliberações do CONEG sob pena de infringir a democracia da entidade.
  - 6) Que o DCE de santa Maria defenderá junto aos estudantes brasileiros e do Rio Grande do Sul as resoluções dos Congressos XXVIII e XXIX, não só por entendê-las justas como também, e principalmente para resgatar historicamente e assegurar o respeito aos princípios e instâncias democráticas dos estudantes.
- Vem, diante do exposto, em caráter de emergência, recorrer a diretoria da UNE no sentido de que:
- a) Reconheça as deliberações do XXVIII e XXIX Congressos Nacionais de Estudantes;
  - b) Mantenha e preserve a tradição de luta dos estudantes e a democracia interna da UNE encaminhando as deliberações vigentes, não revogadas, dos Congressos acima citados;
  - c) Em função dos ítems ‘a’ e ‘b’ reconheça a União Estadual dos Estudantes do rio Grande do Sul, reconstruída em Congresso, como entidade máxima e unitária dos estudantes do Rio G. do sul e conclame a todos ao fortalecimento e participação nas eleições da UEE/RS, reconhecendo assim o justo e representativo processo de sua reorganização, obedecendo aos princípios e critérios democráticos de organização das entidades estudantis.

Apesar da espera de decisão da UNE quanto à nova entidade, a diretoria provisória da UEE decidiu na quinta-feira, dia 24 de abril, dar prosseguimento ao processo eleitoral com a distribuição das urnas pelo Estado. O DCE afirmava que a decisão da UNE viria no sentido de fortalecer a UEE, mas que independente da decisão tomada, as eleições ocorreriam. No entanto, a UNE deliberou em favor da UEE.

Na tarde de sexta-feira, 25 de abril, a Diretoria da UNE concedeu entrevista à imprensa de Porto Alegre, reconhecendo a UEE como a única entidade representativa dos estudantes do Rio Grande do Sul, bem como convocando os estudantes do estado a participarem do processo eleitoral dos dias 28 e 29 de abril. Representados por Rui Cesar Costa Filho, presidente; Aldo Rebelo, secretário-geral; Fredo Ebling, secretário de cultura; e Alon Feuerwerker, vice-presidente da região-sul, a UNE estava em Porto Alegre para viabilizar as decisões do último CONEG. Realizada uma semana antes, no Rio de Janeiro, este CONEG havia deliberado com a presença de 47 entidades nacionais, entre elas o DEE do Rio Grande do Sul e sete DCEs a ele filiados, além do DCE da UFRGS, da UFSM e a UEE/RS através de sua diretoria provisória, que a UNE deveria adiar as eleições no estado. A UNE deveria convocar um novo Conselho Estadual de Entidades (CEE), definindo nova data para o pleito de modo a buscar uma maior unificação do movimento estudantil. Em Porto Alegre, a diretoria da UNE reuniu-se com a diretoria provisória da UEE e outras entidades estudantis, quando perceberam a repercussão negativa de tal decisão, de modo que deram um passo atrás (A RAZÃO, 27/04/80, p. 03).

O apoio às eleições da UEE também vinham de fora da universidade, como foi o caso do vereador Adelmo Genro Filho, que usou a tribuna da Câmara de Vereadores, em nome do PMDB, para denunciar os estudantes que estariam tentando o boicote às eleições da UEE, que segundo ele estariam fazendo o jogo da Ditadura, buscando a divisão do movimento estudantil combativo. Comenta ainda que “eles merecem o repúdio da comunidade santamariense e da grande massa estudantil e, a resposta dos estudantes será o reerguimento de sua entidade e a votação maciça nas eleições” (A RAZÃO, 30/04/80, p. 13).

Compareceram às urnas para as eleições da UEE, 36.395 estudantes. A chapa Viração venceu com um total de 12.698 votos. Em segundo lugar ficou a chapa Novação, com um total de 11.857 votos.

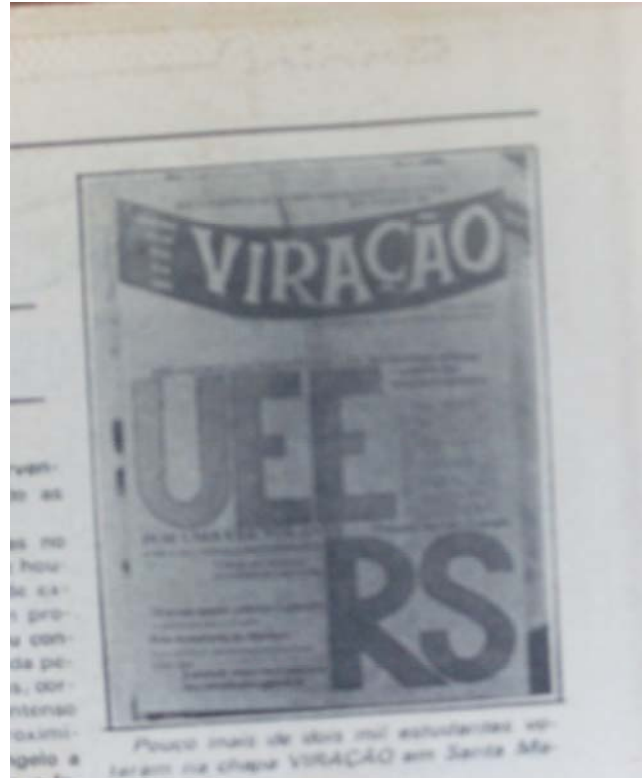


Figura 5 - Material de Campanha da Chapa Viração  
 Fonte: A Razão (03/05/80, p. 09)

Em Santa Maria, dos oito mil estudantes que cursavam cursos superiores, um total de 3.796 votaram, sendo 2.077 na chapa Viração. Também houve o relato de repressão em algumas cidades do estado, como por exemplo, em Cruz Alta, onde os estudantes foram proibidos de votar porque o Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, filiado ao DEE, solicitou a presença da Brigada Militar, suspendendo as eleições. Em Santo Ângelo, teria havido caso similar onde a Brigada Militar teria recolhido as urnas de maneira que somente 30 estudantes puderam votar. Em Santiago as urnas foram colocadas em locais fora da Universidade, já que em seu interior as eleições haviam sido proibidas. O primeiro presidente da entidade foi David Fialkow Sobrinho, estudante de economia da UFRGS. De Santa Maria compuseram a direção Aldo Fornazieri e Marcos Rolim (*A Razão*, 03/05/80, p. 09).

### 3.6 As Políticas de Saúde no Debate Estudantil

O Hospital Universitário e as políticas de saúde apareciam bastante nas discussões dos estudantes. Em uma entrevista concedida por Augusto Cezar Pereira, presidente do Diretório Acadêmico da Saúde, ao jornal *A Razão* (25/05/80, p. 12), aparece uma polêmica sobre a

administração do Hospital. O estudante afirmava que o Departamento de Administração do Hospital estaria pressionando a Reitoria para que não homologasse um documento produzido por uma comissão de estudos nomeada pelo próprio reitor, que vincularia o poder de decisão do Hospital ao Centro de Ciências da Saúde.

Até aquele momento, este Departamento não era vinculado ao Centro de Saúde. Os estudantes encaminharam abaixo-assinado ao reitor com cerca de 800 assinaturas, solicitando que a decisão da comissão fosse respeitada. Segundo colocações de Augusto César, o fato de uma pessoa sem nenhuma formação na área administrar um hospital fazia parte de uma visão que colocava o ensino em segundo plano e pensava a instituição como se fosse uma empresa. Outro aspecto levantado foi o do aumento da terceirização na contratação de funcionários, que para os dirigentes do diretório demonstravam a intenção de implementar o ensino pago, visto que com a diminuição dos investimentos públicos os hospitais eram cada vez mais levados a fazerem convênios com empresas privadas para poderem se manter.

### **3.7 Seminário Sobre Universidade**

Em junho de 1980, iniciou paralisação dos professores liderados pela APUSM. Para marcar o primeiro dia de paralisação, a APUSM realizou seminário para discutir os rumos da universidade. Um convite da APUSM solicitando a participação de um representante do Conselho Universitário foi tema para uma reunião extraordinária do mesmo. Nela, o representante do DCE, Gilberto Lang, comentou que: “O DCE concorda plenamente com a estratégia desencadeada pela APUSM, proposta esta retirada de uma Assembléia Geral da classe docente, com a presença de mais de 300 professores.” (Ata n. 274, 10/06/80, p. 17).

O Seminário ocorreu com a participação do reitor Derblay Galvão, Pedro Aguirre, representando o Conselho Universitário e Gilberto Lang, presidente do DCE. Na visão de Lang, para a compreensão da Universidade brasileira, no período, era necessária uma análise política do regime, pois não seria possível pensar a universidade dissociada do modelo de sociedade ao qual estava vinculada. Lang associava o modelo vigente ao relatório **ATCON**<sup>8</sup>, de 1958, que seria um ante-projeto da política norte-americana para a América Latina, com

---

<sup>8</sup> Neste relatório realizado por Rudolph Atcon defendia-se a criação de departamentos, separação das funções de formulação e execução da política universitária, a contratação de administradores profissionais para gerenciar a Universidade. Em síntese, propunha a lógica empresarial de pensar a instituição.

implicações na reorganização universitária e na integração econômica latino-americana. Ele afirmava que

a necessidade de uma boa formação tecnológica de especialistas em diversos setores para fazer frente aos desafios da era em que vivemos e às necessidades do país, não pode ser tomada em bases tais que transforme a universidade em tecnocrática, perdendo seu sentido humanístico (*A Razão*, 12/06/80, p. 12).

Em 14 de agosto de 1980, ocorreu passeata dos estudantes no Campus Universitário. Entre as reivindicações estavam o congelamento dos preços do restaurante universitário, melhoria no atendimento médico-odontológico e mais verbas para a educação. (*A Razão*, 14/08/80, p. 01). Com relação ao congelamento dos preços das refeições não obtiveram vitória, pois o reitor decretou o aumento no dia seguinte.

Em setembro, continuou ocorrendo uma série de manifestações, inclusive uma paralisação nacional por mais verbas às federais (*A Razão*, 05/09/80, p. 12). Também ocorreu protesto dos estudantes de Engenharia Florestal, Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal contra o projeto que propunha a regulamentação da lei 5.524/68 que atribuía aos técnicos de nível médio habilitação semelhante aos estudantes com nível superior. A passeata foi interrompida em seu percurso frente ao prédio da Antiga Reitoria, no centro da cidade, por soldados da Brigada Militar, que bloquearam a Rua Floriano Peixoto, não permitindo que os estudantes continuassem seu trajeto, conforme imagem:



Figura 6 - Brigada em conflito com estudantes  
Fonte: *A Razão* (27-28/09/82, p. 01)



Diante disso, os estudantes nomearam uma comissão que entregou a posição dos estudantes ao representante do MEC, Arcimar de Mattos Leal, que se encontrava na Delegacia do MEC, localizada no Calçadão da cidade. O documento entregue argumentava que, ao igualar os dois níveis de ensino, o que se teria a médio e longo prazo seria o fim do ensino superior ou no mínimo o esvaziamento da Universidade como local de pesquisa e de produção de novos conhecimentos. Por conseqüência, aumentaria ainda mais a dependência externa, pois com a diminuição da pesquisa cada vez mais seríamos dependentes de pacotes tecnológicos importados. Colocavam ainda que este modelo de produção rápida de mão-de-obra barata visava unicamente atender a interesses imediatos do mercado de trabalho (A RAZÃO, 27-28/09/80, p. 06).

Em novembro, ocorreram eleições para o Diretório Central dos Estudantes, Diretórios Acadêmicos e União Nacional dos Estudantes. Na Faculdade Imaculada Conceição (FIC) e no Centro de Educação venceu o grupo Levante. Nos demais Diretórios venceu a chapa Resistência. Para o DCE teve chapa única, a Resistência, que recebeu 3.521 votos a seu favor, 1.567 brancos e 307 nulos. O presidente do DCE passou a ser o estudante de Medicina, Augusto Cezar Pereira (A Razão, 15-16/11/80, p. 32).

### **3.8 Representatividade Estudantil nos Conselhos Superiores e a Disputa DCE X DEE**

Uma discussão que foi forte no ano de 1981 foi com relação à representatividade dos estudantes nos órgãos colegiados da Universidade – o que, como vimos anteriormente, vinha ganhando projeção desde 1980. Na reunião do dia 06/05/81 do Conselho Universitário, foi apresentado Parecer que tinha como relator o jornalista Carlos Eduardo Pavani. O Parecer dizia o seguinte:

Com a Comissão de Legislação e Regimentos o processo em que o Diretório Central dos Estudantes da UFSM solicita que o Egrégio Conselho Universitário aprove a participação de 1/5 (um quinto) de representação estudantil nos Órgão Colegiados da UFSM.

- considerando que a legislação pertinente permite a representação estudantil, nos Órgãos Colegiados em até um quinto do total de seus membros;
- Considerando que os Colegiados de Cursos e alguns Conselhos de Centro adotam a medida;
- considerando a solicitação expressa da representação estudantil;
- considerando as manifestações sobre a matéria feita pela Consultoria Jurídica atendendo solicitações de setores da UFSM;
- considerando a conveniência de aumentar a participação de todos os segmentos que constituem a comunidade universitária, nos seus diversos setores, a Comissão é de Parecer, que a solicitação deve ser aprovada.

Neste dia ocorreu intenso debate sobre o tema, sendo que a matéria sofreu pedido de vistas do professor Armando Vallandro, que alegou que o processo não haveria passado por todas as instâncias antes de chegar ao Conselho. Afirmou ainda que “Com toda a seriedade, com toda a honestidade que nos é característica, vemos neste processo apenas um movimento de caráter político. Nada mais do que isto, com esta urgência” (Ata n. 296, 06/05/81, p. 20). O acadêmico Marcos Rolim respondeu ao professor: “Ao levantar esta questão de tal importância, deve-se usar o argumento de que é uma questão eminentemente política, como se as decisões tomadas não fossem todas políticas, como se o pedido de vistas do prof. Vallandro não seja questão política.... Política são todas as atividades sociais que envolvem os indivíduos, portanto, toda e qualquer atividade nossa envolve interesses coletivos e, portanto, atividades políticas.” O tema foi discutido durante alguns meses, sendo que no Conselho do dia 19 de agosto foi aprovado. O parecer deste dia dizia o seguinte:

Que a solicitação pode ser aprovada devendo a escolha dos representantes estudantis ser feita através de votação direta, pelo Corpo Discente da UFSM, realizada juntamente com as eleições para DCE e Das. Da data da aprovação até a realização das eleições especificadas acima preencherão as vagas os estudantes indicados pelo Conselho de Das (Ata n. 304, 19/08/81, p. 08).

Outro tema que a princípio parece não relevante revela uma divergência política em torno das entidades representativas dos estudantes, em Santa Maria. Em conselho realizado em 23 de março de 1981, apareceu a questão das carteirinhas de estudante da UFSM. O motivo é que estariam sendo lançadas carteiras pelo DCE e pelo DEE-RS. Neste dia o parecer foi “de que este Conselho não se pronuncie sobre a matéria até que esta seja disciplinada pelo Estatuto do DCE” (Ata n. 293, 23/03/81, p. 05). A discussão permaneceu no conselho, até que a reunião foi suspensa e alguns conselheiros, em conjunto com a representação estudantil, elaboraram o seguinte documento (Ata 293, 23/03/81, p. 06-07):

O Conselho Universitário, examinando o Processo n. 033810/81 resolve:

- a) Considerar o DCE como órgão de representação dos estudantes no âmbito da Universidade e os Diretórios Acadêmicos nas Unidades de Ensino (Centros), como preceitua a Lei 6680 de 16/08/79, cabendo ao DCE a expedição de carteiras de Identidade Estudantil.
- b) Não terão validade carteiras de identidade estudantis expedidas por entidades de caráter nacional e/ou estadual.
- c) Deverá o DCE submeter ao Conselho Universitário, no prazo de 20 dias, o seu Regimento, onde fique disciplinada a emissão das Carteiras de Identidade Estudantil.
- d) Até a aprovação do Regimento do DCE fica prorrogado, no âmbito da Universidade, o prazo de validade das carteiras estudantis emitidas em 1980; e para

os acadêmicos ingressos em 1981, é válido o comprovante de matrícula, acompanhado do documento de identidade.

A polêmica continuou, mas ao final o texto foi aprovado por unanimidade. Já no conselho do dia 03 de junho a polêmica retornou. O reitor leu trecho de um mandado de segurança da Justiça Federal. A liminar dizia “... conceder o mandado de segurança para que seja cumprida a Resolução 94 na forma do que foi publicado. Em caráter liminar enquanto não julgado o feito, determinar a liberação do uso das carteiras expedidas pelo DEE, dando-lhes validade para o âmbito da UFSM e condenar a Universidade ao pagamento das custas processuais e honorários profissionais.” (Ata n. 298, 03/06/81, p. 12).

Nesta ocasião, o representante do DCE, Augusto Cesar Pereira, entrevistou tecendo suas críticas ao DEE e afirmando que

O Rio Grande do Sul foi o único Estado em que este DEE permaneceu de uma maneira muito tênue e agora com uma certa regalia junto aos órgãos da imprensa, organizando e interferindo dentro do movimento estudantil. Como representação dos estudantes, o DEE não é um órgão representativo dos estudantes gaúchos. Os senhores estão lembrados que no dia 31 de março foi feita na Assembléia Legislativa do Estado uma manifestação com relação ao golpe militar de 1964, e que lá foi explodida uma bomba de gás tóxico originando este fato a suspensão da sessão e a pessoa presa como suspeita era ligada ao DEE e membro da Escola Superior de Polícia.

Nesta mesma reunião, o acadêmico Marcos Rolim comentou que “ontem o Presidente do DEE passou em todas as salas de aula da FIC esclarecendo sobre as carteirinhas, mas o DCE lá não pode entrar, ficando assim demonstrada a posição política destas direções com algumas linhas do movimento estudantil”.

Este ano também foi marcado pelas discussões de eleições diretas para a escolha do Reitor da Instituição. A Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (APUSM) e o DCE organizaram um processo de eleições comunitárias, sendo eleito o professor Gilberto Aquino Benetti, porém o governo federal não reconheceu o pleito. Acabou sendo escolhido pelos Conselhos Superiores o professor Armando Vallandro. A Associação Beneficente dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria (ABS) retirou-se do processo por não concordarem com um item do Regimento Eleitoral que permitia somente professores concorrerem ao cargo. Segundo Rolim (p. 21) “coube ao movimento estudantil radicalizar o discurso contra a Ditadura e forçar que o próprio processo representasse um desgaste para um

regime contra o qual se lutava”. Comentou ainda que as lideranças estudantis teriam amadurecido, pois teriam pensados propostas concretas para a gestão da Universidade.

### **3.9 As Eleições de 1982 em Santa Maria**

O ano de 1982 foi muito agitado em todo o país devido às eleições para governador, vice-governador, prefeito. Estas eleições passaram a coincidir com as de deputado estadual, federal e também de senadores.

Nas eleições municipais de Santa Maria quatro partidos políticos apresentaram candidatura, sendo eles o PDS, o PDT, o PMDB e o PT. O PDS concorreu com José Haidar Farret e de vice Erony Paniz. O PDT com Eduardo Rolim e Moisés Velásquez, este último com apoio de setores dos ferroviários. No PMDB surgiram os nomes de Carlos Alberto Robinson e Adelmo Simas Genro. Já o PT apresentou Sérgio Lopes e Silvina Soares Lopes. (*A Razão*, 14-15/08/82, p. 11, 12, 13). O eleito acabou sendo José Haidar Farret. Entre o mês de setembro e outubro também estiveram na cidade os candidatos a governador pelo PDS, Jair Soares e pelo PDT, Alceu Collares (*A Razão*, 30/09/82, p. 01) O candidato do PT, Olívio Dutra também compareceu e realizou passeatas (*A Razão*, 28/10/82, p. 01). Leonel Brizolla veio do Rio de Janeiro para apoiar Collares (*A Razão*, 02/11/82, p. 01).

O presidente Figueiredo chegou a Santa Maria no dia 06 de novembro. Participou de uma cerimônia no saguão do aeroporto de Camobi, onde jovens se filiaram ao PDS, recebeu homenagem de dirigentes da Associação dos Expedicionários do Brasil. Depois houve uma carreata até a Praça Saldanha Marinho. No palanque oficial assinou convênios, recebeu homenagens do INTER-SM. Também discursaram os candidatos do PDS a Câmara Federal, à Prefeitura Municipal, ao Senado, e ao governo do Estado. Em almoço na Estância do Minuano, o presidente Figueiredo recebeu um documento da ABS, contendo reivindicações da categoria dos funcionários da Instituição (*A Razão*, 05/11/82, p. 12).



Figura 7 - Visita de Figueiredo a Santa Maria

### 3.10 Paralisação na FIC

Os estudantes da Faculdade Imaculada Conceição (FIC) iniciaram paralisação, no mês de setembro, alegando que a direção da Faculdade não teria entrado em contato com os estudantes para dialogar sobre suas reivindicações. Em 05 de agosto, os estudantes realizaram uma Assembléia Geral, onde foram tiradas as seguintes deliberações: não aceitação do aumento de 44,3 %, formação de uma comissão de mobilização contra os aumentos, que a direção da FIC retirasse o processo especial enviado ao MEC solicitando novo aumento, garantia de matrículas a todos que deixaram de estudar por falta de condições financeiras. Nesta ocasião deram um prazo de até 23 de agosto para a resposta, que não ocorreu. A presidente do DCE, Nara Magalhães, comentou ao jornal *A Razão* (02/09/82, p. 01) que:

O Diretório Central dos Estudantes como representante dos estudantes da FIC e FACEM dá o seu total apoio ao movimento dos alunos da Faculdade Imaculada Conceição. Entendemos que a nossa luta, tanto nas escolas federais quanto das particulares é pelo ensino público e gratuito, contra o ensino pago e contra os aumentos abusivos que estão acontecendo nesta Faculdade. Nós acreditamos que a paralisação é a forma mais correta para tentar que a direção abra as negociações, uma vez que o recolhimento dos carnes não foi suficiente para que ela cedesse.

Ela também comenta sobre uma questão que era a das denúncias de repressão:

Espaços, os estudantes estão conquistando aos poucos. O fato da direção trancar portas e impedir que os estudantes do diretório entrassem e chamar policiais são atitudes, que nós já conhecemos, de tentativa de esvaziamento. De forma alguma os estudantes vão se intimidar com estas atitudes.

Como também já foi citado anteriormente, o movimento estudantil universitário santamariense tinha intervenção nas discussões de Executivas de Cursos e integrando a Semana Nacional de Implantação da Plataforma de Reivindicações dos Estudantes de Agronomia, promovida pela Coordenação Nacional da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, que neste ano tinha sede, em Santa Maria. Sobre as questões dos estudantes de Agronomia, os estudantes tiveram audiência com a ministra Esther de Figueiredo Ferraz, da Educação e Cultura. Da audiência participaram os estudantes Roberto Carbonera e Mauro Guerra. Entre as reivindicações estava a reformulação do currículo da Agronomia, pois segundo Roberto Carbonera: “entende-se que o agrônomo deve receber uma capacitação eclética, com sólida formação cultural, humanística e política, para atender às necessidades da sociedade” (A razão, 17/09/82, p. 05). Outra reivindicação era para a revogação da Lei do Boi.<sup>9</sup>

As eleições para o DCE e diretórios acadêmicos aconteceram dias 20 e 21 de outubro, sendo que para o DCE concorrem três chapas, sendo elas: Mutirão, Caminhando e Levante. A chapa vencedora foi a Caminhando, tendo como presidente Cláudio Ritter Alves.

### **3.11 Assistência Estudantil e Política Econômica**

No início do período letivo de 1983, o presidente do DCE concedeu entrevista ao jornal *A Razão* (12-13/03/83, p. 12) onde colocava o pensamento do Diretório Central dos Estudantes sobre a Universidade. Afirmava que a crise econômica era um espelho da crise educacional existente no País naquele momento. Segundo a entrevista, para o DCE, a Universidade fracassava porque a dívida externa, o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a política recessiva do governo que favorecia as multinacionais repassavam todo o ônus aos trabalhadores. Na educação citou especificamente, o corte de verbas para o Ministério de Educação e Cultura.

Cláudio Ritter comentou ainda que ao não financiar devidamente a educação o governo contribuía para que somente os sujeitos pertencentes às classes dominantes tivessem acesso à universidade em detrimento dos filhos dos trabalhadores e da classe média. O presidente do DCE lembrou que a falta de moradia estudantil era outro problema vivenciado na Universidade.

---

<sup>9</sup> A Lei do Boi garantia a filhos de fazendeiros o ingresso em cursos como Agronomia e Veterinária, sem a necessidade de vestibular.



Figura 8 - Ocupação do Bloco 15 da CEU II

Esta pauta, aliás, era tema freqüente nas discussões do movimento estudantil. Desde início de março de 1983 o Bloco de número 15 da casa do Estudante estava ocupado por moradores que necessitavam da moradia. Em entrevista ao jornal *A Razão* (15/03/83, p. 12), o presidente da Casa do Estudante Campus, Aldo Assunção, alegava que “sempre recebemos a mesma informação do reitor: os documentos estão no gabinete do presidente, ou então, que iriam a Brasília verificar a possibilidade financeira de concluir os prédios”. Criticou também a União Universitária, que foi, segundo ele, rapidamente construída e representava um contraste dentro da Universidade: de um lado, a casa do estudante inacabada, sem pintura e sem infraestrutura e de outro a União Universitária, com restaurantes de luxo, sala de jogos, televisão e leitura.<sup>10</sup>

Ainda no mês de março, mais especificamente dia 22, deste ano ocorreu uma passeata seguida de ato público convocada pelo DCE, onde cerca de 2500 estudantes participaram, em protesto contra o modelo econômico e a política educacional vigente no país.

<sup>10</sup> A União Universitária era um espaço inaugurado em agosto de 1982, localizada em cima do Restaurante Universitário contendo restaurante, lancheria, salão de jogos e recreação, sala pra audiovisual. (*A Razão*, 11/08/82, p. 12). Hoje, o espaço funciona como local de espera dos estudantes para a obtenção do Benefício Sócio- econômico e posterior moradia estudantil.



Figura 9 - Ato público  
Fonte: A Razão (23/03/83, p. 01)

A manifestação que contou também com a participação dos vereadores Marcos Rolim e Roberto Simon do Monte, ambos do PMDB, serviu também para assinalar o Dia Nacional de Luta contra a redução de salários, o desemprego e pela revogação do acordo com o FMI. Por volta das 10h30min, os estudantes deixaram o Centro de Tecnologia e se dirigiram para a Avenida principal do Campus, em direção ao prédio da Reitoria. Neste trajeto, iam cantando palavras de ordem contra o arrocho salarial, o ensino pago, a política de recessão, o desemprego, o corte de verbas e em defesa de melhoria das condições de moradia. Pediam também mais verbas para a educação, democratização da universidade e o reconhecimento da UNE (*A Razão*, 23/03/83, p. 01)

Segundo o jornal, as frases mais repetidas eram: “Estudante unido jamais será vencido”, “Saúde e educação é um direito da Nação” e “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”. Em frente à reitoria houve manifestações de lideranças estudantis. Posteriormente, foi formada uma comissão composta por representantes do DCE, Casa do Estudante, Grupo Germinal e de diretórios para entregarem à reitoria o documento com as reivindicações.<sup>11</sup> Este dia teve repercussão em boa parte da cidade e em sua coluna política no jornal *A Razão*, Vicente Paulo Bisogno escreveu o seguinte documento:

O Diretório Central de Estudantes da UFSM conseguiu um de seus maiores feitos, com a passeata de terça-feira. Mobilizou quase três mil estudantes, na maior manifestação estudantil dos últimos tempos. Unidos, organizados, os estudantes

<sup>11</sup> O Grupo Germinal era uma organização feminista santa-mariense.



demonstraram um considerável grau de maturidade e de conscientização política. Mesmo as ofensas pessoais, que poderiam ter sido omitidas, são compreendidas porque fazem parte do clima deste tipo de reivindicação. A tomada da reitoria foi o grande momento da passeata, e que por certo ficará na história das lutas estudantis. Acho até que o saldo seria integralmente positivo, não fossem dois pequenos grandes detalhes: o pulo da roleta e o cerceamento da liberdade profissional. Poucos perceberam, ou tiveram conhecimento, mas um fotógrafo do departamento de Divulgação da UFSM foi impedido de desempenhar seu trabalho. Num primeiro momento foi cercado por quase cem pessoas, depois teve seu filme retirado de sua máquina e apreendido pelos estudantes. Com ou sem o apoio do DCE, o fato é lamentável. Outro erro foi o “pula roleta”. Desnecessário e prejudicial aos espaços antes alcançados. A meu juízo, a manifestação deveria ter sido encerrada com a entrega do documento ao Reitor substituto, após a ocupação do prédio da Administração Central. O “pula roleta” da manhã foi repetido à tarde, e o próprio DCE já não teve mais condições de conter os estudantes. O documento elaborado pela diretoria torna clara a reprovação do DCE à atitude precipitada de alguns afoitos e até inconseqüentes, mas não isenta completamente a entidade da responsabilidade pelos excessos comprometedores (A RAZÃO, 24/03/83, p. 04).

Ao final deste mês, o reitor retornou de viagem à Brasília e emitiu sua opinião sobre os acontecimentos na Universidade e as reivindicações estudantis. Comentou que era necessário manter os restaurantes universitários, mas que a falta de suplementação federal inviabilizava a encampação. Quanto à reivindicação por creches, o reitor declarou que esta não era uma prioridade do MEC, cujas preocupações estavam voltadas para o ensino, a pesquisa e não para a assistência social. Referiu-se à presença de vereadores no ato estudantil do dia 22 como “forças estranhas”. Já sobre os moradores que teriam ocupado o Bloco 15, colocou que, “se quiserem permanecer lá, não venham se queixar de desconforto. Mas os aconselho a sair, porque, mesmo que receba os recursos, não terminarei a obra com alguém dentro.” O reitor também criticou o DCE por condenar o ensino pago (A Razão, 29/03/83, p.12).

Em junho, o DCE organizou o Seminário “Que Universidade Queremos” com o objetivo de debater o projeto de Reestruturação apresentado pelo Conselho de Reitores e, principalmente, a questão de implantação do ensino pago em todo o País.

Dando continuidade ao Seminário, foi organizada Assembléia Geral na UFSM para debater a taxa de matrícula do segundo semestre e o projeto de reestruturação das universidades. A Assembléia também teve o papel de avaliar as propostas do seminário. Entre as propostas mais gerais estavam: defesa de mais verbas para a educação, suplementação de recursos e prioridades de aplicação na universidade local e manutenção dos espaços conquistados. Também houve a condenação da portaria do Conselho Nacional de Cinema - CONCINE, que retirava o direito ao meio-ingresso mediante a apresentação da carteirinha de

estudantes (o grande objetivo desta medida, segundo os estudantes, era o enfraquecimento financeiro de suas entidades). Ao lado dessa questão, o seminário apontou a urgente legalização e reconhecimento da União Nacional dos Estudantes e das uniões estaduais, além da proposta de greve geral no segundo semestre, envolvendo estudantes e todas as entidades de trabalhadores, contra o ensino pago e o arrocho salarial (*A Razão*, 26/06/83, p. 05).

Em função deste processo, o DCE recebeu apoio do setor jovem do PMDB (então presidido por Estilar Xavier) e da Associação dos Funcionários Municipais de Santa Maria. Em nota à imprensa o Setor Jovem colocou que possuía disposição “de oferecer apoio ativo para que possamos barrar mais essa medida antipopular perpetrada pela administração Central e pelo regime, através do Ministério da Educação e Cultura”. A nota ainda comentava que esta atitude se somava ao caos econômico, político e social a que fora lançado o país a partir do Golpe de 1964 e apontava para a necessidade de união de todos os estudantes, trabalhadores, operários e camponeses (*A Razão*, 06/07/83, p. 02).

Em 21 de julho de 1983, sindicatos e associações de Santa Maria acompanharam o Dia Nacional de Protesto contra a política salarial e realizaram uma manifestação em frente ao prédio da Câmara de Vereadores. Da reunião para a organização da atividade participaram representantes da União das Associações Comunitárias, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Trabalhadores na Área de Saúde, Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário, Núcleo do Centro de Professores do Rio Grande do Sul, Associação dos Funcionários Municipais, Associação dos Professores Universitários de Santa Maria, Diretório Central dos Estudantes, Associação dos Trabalhadores no Comércio Ambulante e Feirante, Grupo Feminista Germinal, Comissão Representativa dos Jornalistas Profissionais, Comitê de Mobilização do Banco do Brasil, Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Com relação às discussões sobre matrículas e ensino pago no mês de agosto foi realizada assembléia para discutir o boicote ao aumento das taxas de matrícula. Os estudantes aguardavam resultado de uma ação judicial movida por um grupo de estudantes contra o aumento de 178 % da taxa. A crítica pontual possuía relação com a visão mais geral de que o objetivo do governo e da reitoria era ir, aos poucos, implementando o ensino pago nas universidades. A ação judicial acabou por não ser concedida ao DCE e os estudantes organizaram nova assembléia, onde fizeram balanço das atividades e apareceu a proposta de

que a comissão de mobilização se tornasse um Comando Permanente de luta contra o ensino pago.

O dia 25 de agosto havia sido escolhido no CONEB como sendo o Dia Nacional de Protesto contra o ensino pago. Em Santa Maria, os estudantes realizaram palestras e debates em cada curso ou centro. Em uma destas palestras esteve Paulo Schilling, pai da ex-preses política Flávia Schilling. Ao final da tarde realizaram protesto na Praça Saturnino de Brito (*A Razão*, 25/08/83, p. 12).

Quanto às questões estaduais do movimento estudantil, ocorreu no início de outubro o Congresso da UEE, em Santa Maria. O evento contou com a presença do então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, Paulo Paim. Entre os principais temas de debate estavam a conjuntura internacional, nacional e as lutas educacionais. Na conjuntura internacional as questões da Nicarágua e El Salvador, na América Latina, e Polônia, no Leste Europeu, numa posição contrária ao governo desse país e a todas as ditaduras do Cone Sul. Na educação o tema central foi o corte de verbas, sendo que a parti daí pautaram a suplementação das verbas para a universidade, nenhum aumento nas escolas pagas, eleições diretas para todos os cargos e 1/3 de representação estudantil nos órgãos colegiados. Estava em discussão a possibilidade de uma greve estudantil nacional (*A Razão*, 08-09/10/83, p. 03). O presidente do DCE, Cláudio Ritter, em entrevista ao jornal local (*A Razão* (27/10/83, p. 12), apontou uma revolução como saída para a derrubada do regime. Esta deveria passar por uma ampla reforma agrária, o não pagamento da dívida externa, e ascensão ao governo de legítimos representantes dos trabalhadores do campo e da cidade.

No mês de novembro era novamente hora das eleições para o DCE, concorrendo a chapa única “Caminhando” que obteve 4.396 votos e cerca de 1.200 brancos. Para a UEE havia duas chapas: a “Novo Tempo”, apoiada pelo DCE-UFSM, que recebeu em torno de 3000 votos, e a “Nada será como antes” um total de mais ou menos 600. Para os diretórios acadêmicos apenas os cursos de Direito e Veterinária apresentaram duas chapas aos seus DAs. No Direito a “Construção” obteve 158 votos e a de oposição “Nossa Voz” 114. Na veterinária, “Eclosão”, apoiada pelo DCE, 131 votos e “Renovação”, 91 votos. A chapa “Caminhando” venceu nas Artes e letras com 278 votos, na Odontologia com 162 votos, no Diretório da Saúde com 358 votos, no Centro de Tecnologia 383 votos, e no diretório das

Ciências Naturais e Exatas, 323 votos. No DADECA a chapa “Movimento” obteve 244 votos. No DACOM (Comunicação Social) a chapa “Alternativa” obteve 146 votos. Na Agronomia a chapa “Correnteza” obteve 245 votos. A “Fênix”, no Curso de História 64.<sup>12</sup> A “Renovação” para a Educação Física 179 votos. A “Vamos à Luta”, na Zootecnia, 71 votos. A “Alternativa”, no Centro de Educação, 144 votos (*A Razão*, 12-13/11/83 p. 05).

As relações para fora da Universidade também ocorriam como no caso de um debate que ocorreu no centro cultural sobre a questão do negro na sociedade brasileira, tendo em vista 20 de novembro ser considerado Dia Nacional da Consciência Negra. A atividade foi organizada pelo Diretório Acadêmico Quilombo dos Palmares, da História (*A Razão*, 22/11/83 p. 03). Outro fato marcante no final deste ano foi a realização de um debate com o presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, na boate do DCE (*A Razão*, 10-11/12/83 p. 09).



Figura 10 - visita de Lula a Santa Maria

### 3. 12 Campanha das “Diretas Já”

No início do ano letivo, os estudantes organizam uma série de manifestações, começando por uma questão pontual e bastante debatida: os RUs. Estabeleceram uma tentativa de boicotar os restaurantes universitários, organizando RUs improvisados, que durou três dias.

<sup>12</sup> Ou 164, pois está pouco legível.

Na metade de março, os estudantes realizaram passeata no campus para protestar contra a política do MEC, que cortou o subsídio da alimentação em quase 70% e para reivindicar junto à reitoria uma melhor análise sobre o projeto de encampação dos RUs, bem como sua abertura aos domingos e preços das refeições.

No dia anterior, o DCE, Casas de Estudantes e Diretórios Acadêmicos estiveram envolvidos com a realização de visitas em salas de aula e assembléias por curso visando discutir o problema com os demais estudantes da instituição. Também distribuíram panfletos e colaram cartazes convidando para a passeata. Vera Flores, secretária-geral do DCE, viajou para o Rio de Janeiro com o objetivo de participar de uma reunião da direção da UNE. O encontro foi convocado para garantir uma unificação das lutas em nível nacional. Segundo Vera todas as universidades do país estariam sofrendo com este tipo de problema, destacando que naquele momento todos deveriam trabalhar juntos contra a política implantada pela ministra Esther de Figueiredo Ferraz (*A Razão*, 15/03/1984, p. 05).

Ainda em março, ocorreu a Semana da Calourada, organizada pelo DCE em conjunto com o Grupo Feminista Germinal. Entre as atividades estavam uma exposição de Fotografias sobre o Movimento Estudantil, na Galeria Iberê Camargo, no DCE; debate sobre “Cultura e ideologia do gauchismo”, com Tau Golin, no Centro de Atividades Múltiplas; debate sobre Movimento Estudantil, Crise e Saída Popular, com Eduardo Utzig, vice-presidente da UNE e Cláudio Ritter Alves, presidente da UEE-RS, no Centro de atividades Múltiplas; um show com artistas santa-marienses na Praça Saldanha Marinho; apresentação do áudio-visual “Cio da Terra”, na Boate do DCE; exibição do filme *Mephisto*, no Cine Glória.

Para o final de semana estava previsto um seminário sobre a “Relação entre Sexos” com a socióloga Marta Suplicy e a escritora Fúlvia Rozemberg no Centro de Atividades Múltiplas. Em 26 e 27 de março, o DCE realizou o “Plebiscito das Diretas”, no Campus Universitário, e no dia 28, Dia Nacional de Protesto contra os 20 anos do Golpe Civil- Militar e a morte do estudante Edson Luis (*A Razão*, 20/03/1984, p. 04).

Em 28 de março, cerca de 600 pessoas circularam por ruas da cidade em protesto, mesmo com as tentativas da Brigada Militar em impedir a manifestação.<sup>13</sup> A manifestação teve início em frente ao DCE, às 17 horas. Diversas entidades estiveram representadas, entre elas os partidos de oposição. Antes de iniciar os discursos, a direção do DCE descerrou uma placa em homenagem a Edson Luís. Após o encerramento do Ato, o DCE sugeriu realizar uma passeata até o centro da cidade, saindo da Rua Professor Braga até a Astrogildo de Azevedo e subindo a Floriano Peixoto. Os estudantes foram surpreendidos com esquema da Brigada Militar que impedia a passagem da passeata. Os participantes estavam proibidos de sair da Rua Professor Braga. Os quatro vereadores que participaram da manifestação, Marcos Rolim, Beto São Pedro e Luiz Figueiredo, do PMDB, e João Nascimento, do PDT, tentaram conversar com os policiais, mas não funcionou. A solução optada pelos estudantes foi a de pular o muro de uma casa localizada na esquina. Desta forma, a manifestação ficou dividida e o esquema de segurança sem valor. Gritando palavras de ordem e carregando suas faixas, resolveram seguir para a Floriano, o que não foi possível, porque havia um grande número de policiais militares. Desta forma acabaram se dirigindo para a Rua do Acampamento.

Começou a chover e a Brigada mais uma vez impedia a passagem. Os estudantes gritavam “Pode chover, pode molhar. O estudante vai lutar.” Sentados cantavam músicas do Geraldo Vandré. A barreira foi desfeita e a partir daí a Brigada apenas acompanhou a passeata. Da Rua Tuiuti, a passeata seguiu pela Rua Professor Braga, Presidente Vargas, Floriano Peixoto. Terminaram em frente ao DCE. A presidente do DCE afirmou: “mostramos a nossa disposição de luta, que não diminuiu frente a esquemas repressivos como os armados no dia de hoje. Foi um passo importante, mas esse é apenas mais um dos muitos que precisamos dar” (*A Razão*, 30/03/1984, p. 05).

---

<sup>13</sup> Embora não tenha relação direta necessariamente com este mesmo ato vale a pena dar uma lida no anexo 2, onde o entrevistado Athos Ronaldo Miralha da Cunha relata através de uma crônica intitulada *O Fusca Vermelho* um pouco do clima de repressão vivenciado neste período da História do Brasil.



Figura 11 = Dia Nacional de Protesto, em Santa Maria

N<sup>o</sup> *Razão* do dia 10/04/1984 (p. 16), é relatado que o DCE analisava a possibilidade de paralisação no dia 25, quando seria votada a Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, que propunha as eleições diretas para presidente. Os diretórios acadêmicos e o DCE realizaram discussões nos cursos. Segundo Vera Flores, secretária-geral do DCE, quase 100% dos estudantes que participaram do plebiscito eram favoráveis às diretas. Segundo ela, “sentimos que existe um anseio na comunidade universitária – estudantes, professores e funcionários – para que seja cumprida a sua existência relacionada ao processo eleitoral”.

Em Santa Maria, a campanha das “Diretas Já” foi significativa, ocorrendo ao final do processo, um Comício Pró-eleições Diretas, dia 12 de abril de 1984, às 17h30min, na Praça Saldanha Marinho. Em uma das entrevistas escritas, realizada com Estilac Xavier, este se refere ao acontecimento como um fato que teria lhe marcado de forma particular afirmando que “... no comício em Santa Maria-RS, fui um dos responsáveis pela segurança do então advogado e membro do Comitê estadual pelas “Diretas Já”, Tarso Genro, hoje governador do RS.”



Figura 12 - Comício das “Diretas Já”

A organização do cronograma ficou a cargo da Delegacia local Pró-Sindicato dos Jornalistas, estando dividida em quatro partes. Na primeira aconteceu show artístico com Noel Guarany, Luís Bastos, Carlos Bastos. Na segunda parte falariam representantes de três entidades sindicais de Santa Maria e os deputados estaduais Cezar Shirmer e Renan Kurtz. A seguir um representante da Câmara de Vereadores de Santa Maria, uma representante do Grupo Germinal e um do Centro de Justiça e Defesa dos Direitos Humanos, e encerrando com a intervenção dos deputados João Gilberto Lucas Coelho e Osvaldo Nascimento da Silva. Na terceira, parte ocorreria a manifestação das entidades estudantis, dos partidos políticos, inclusive dos que estavam na clandestinidade, como o PCB e o PCdoB, da Central Única dos Trabalhadores, das entidades docentes como a APUSM e o CPERS, representante da OAB local e prefeitos presentes. Por último, eram previstos os pronunciamentos dos convidados especiais, como dos ex-deputados Alceu Collares e Odacir Klein e o presidente do PT no Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, o deputado petista Genoíno Neto e estava a confirmar Pedro Simon (*A Razão*, 12/04/1984, p. 07).<sup>14</sup>

A luta pelas eleições diretas para Presidente da República pode ser vista como um capítulo final das mobilizações estudantis iniciadas com a reconstrução da UNE, ainda durante a Ditadura. Atravessa o período a esperança de que as mobilizações da sociedade

<sup>14</sup> Na pesquisa não verifiquei se todos estes marcaram presença no dia do ato, visto a fonte jornalística em questão ser do dia do evento, e não do dia posterior.



poderiam transformar completamente o modelo político instaurado em março de 1964. O resultado da votação da emenda Dante de Oliveira, no Congresso Nacional, parece indicar que a Ditadura tinha forças que a mobilização estudantil e os movimentos sociais no geral subestimavam. Afinal, a derrota da emenda, mais a continuidade da sucessão presidencial pelo Colégio Eleitoral, indicavam que a transição para um novo período na História do Brasil contava com a condução dos setores conservadores que haviam sustentado o Golpe e a Ditadura Civil-Militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o estudo dessa temática – o movimento estudantil em Santa Maria – justifica-se por possibilitar melhor compreensão do período final da Ditadura Civil-Militar, visto que as análises deste processo de transição ainda são repletas de lacunas.

O período abordado é marcado por uma onda crescente de mobilizações dos movimentos sociais de oposição ao Governo. Nos anos anteriores a esta fase (1979-1984) fora grande a repressão aos sindicatos e a perseguição e tortura dos militantes sindicais e políticos. Apesar disso, a sociedade acumulou forças e forçou a reorganização e revitalização das entidades de classe, que haviam sido restringidas e reprimidas anteriormente.

O entendimento que temos deste período, como já trabalhado, foi de que atuavam forças sociais internas e externas no processo. No campo interno, estamos nos referindo à atuação das diferentes classes sociais e movimentos diante do processo de abertura. Havia um intenso embate entre os projetos de abertura do governo e da oposição, e a sociedade acompanhava a discussão.

Esta disputa tem como uma espécie de síntese com a elaboração do projeto de anistia de 1979, a qual, se permitiu a volta dos exilados políticos ao Brasil, também concedeu o “perdão” aos torturadores. A Lei da Anistia pode ser considerada uma vitória dos apoiadores da Ditadura, demonstração da sua capacidade em reagrupar o bloco do poder e permanecer com relativa liderança no processo de abertura.

Através das fontes pesquisadas, observamos que Santa Maria não estava distante desses debates e mobilizações. A sociedade local respondia ao momento e era rota de muitos políticos, como Leonel Brizolla, Alceu Collares, Olívio Dutra, Lula e o general Figueiredo, entre outros.

O movimento estudantil inseria-se nos debates e mobilizações e esta é uma questão que procuramos problematizar: o modo como se dava esta inserção.

O estudo das questões teóricas sobre o movimento estudantil procura relacioná-lo com as discussões a respeito das classes sociais. Embora os estudantes não sejam considerados uma classe social pela maioria dos analistas, as abordagens acabam influenciadas pela questão. Buscar mapear a origem social deste estudante contribui na discussão das opções políticas e ideológicas que esta categoria adota nos processos de discussão da universidade e da sociedade.

Para compreender como se comportam os estudantes, é preciso delimitar seu espaço de atuação. A maioria das entidades estudantis foram perseguidas e fechadas pela Ditadura, tendo inclusive uma parcela dos estudantes optado pela luta armada. Em meados da década de 70, porém, o movimento abandonou esta proposta e tratou de legitimar as suas entidades. Reconstruí-las, legitimá-las e ingressar num campo legal (institucional) de atuação.

Ao que indica boa parte das pesquisas, afora as divergências existentes entre as correntes, o período entre 1979 e 1984 é de relativa unidade. A maioria das organizações via a necessidade de retomar a legitimidade e o reconhecimento governamental das suas entidades, especialmente da UNE. Ou seja, a luta institucional devia estar aliada às lutas sociais.

Percebemos isto na campanha pela reconstrução da UNE e também nas Atas do Conselho Universitário. Significativo da atuação no Conselho Universitário é o fato dos representantes estudantis pautarem 1/5 da representatividade nas cadeiras do Conselho, vendo neste espaço um local não só de resolução de questões burocráticas e administrativas, mas de intervenção política também.

Outra questão, visível na atuação dos representantes estudantis, é que as pautas de caráter mais específico – como melhoria da qualidade de ensino, melhores refeições no restaurante universitário, contrariedade às taxas de matrícula, modificações curriculares – funcionaram como ponte para a crítica mais geral ao modelo de Universidade, às políticas educacionais e à política econômica.

Em função desta busca pela legitimidade das instituições, percebemos nas pesquisas sobre Santa Maria como os espaços de discussão dos Diretórios Acadêmicos e do Diretório

Central eram um veículo importante de reunião e deliberação pelas lutas encaminhadas. Lutas bem variadas, por sinal, como apontamos anteriormente.

Em Santa Maria, neste período, vimos que havia uma variedade de temas sendo debatidos. Como já foi abordado, em 1979, ganhou corpo a discussão da reorganização da UNE, e, na seqüência, a das eleições diretas para os diretórios acadêmicos e para o DCE. Nessa campanha, o então presidente da UNE, o estudante de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia, Rui César, veio a Santa Maria e participou do lançamento da chapa “Resistência” ao DCE.

Em 1980, a entidade estadual chamada União Estadual dos Estudantes (UEE) também foi reorganizada, estando presentes em sua primeira diretoria os estudantes de Santa Maria, Aldo Fornazieri e Marcos Rolim. Ainda com relação à entidade estadual, a UEE teve de comprar forte briga com o então DEE na busca de sua legitimidade.

Destaca-se, neste período, o quanto as pautas eram amplas. O movimento estudantil participava de debates e seminários, em conjunto com professores e funcionários, para pensarem em conjunto o modelo de Universidade vigente. Junto com sindicatos e organizações de fora da Universidade, construía atos e discussões sobre política econômica – como vimos no ato contra a carestia.

Um elemento que nos chamou a atenção é o fato de o movimento estudantil, durante a fase analisada, ser alvo de notícias constante nas páginas do jornal *A Razão*. Várias páginas foram reservadas para registro das eleições de diretórios acadêmicos, por exemplo. Parece-nos, então, que o movimento constituía um ponto de referência importante para a política na cidade.

Entendemos que o movimento estudantil, naquela conjuntura, tinha a capacidade de ser um ator social importante, em conjunto com demais movimentos sociais e partidos de oposição à Ditadura, na luta que a sociedade pretendia: a de fazer avançar o processo de redemocratização da sociedade.

Neste sentido, parece-nos que a derrota das Diretas-Já foi o encerramento simbólico de uma fase de lutas. Os movimentos da sociedade e dos estudantes, vistos de longe, parecem ter ingressado num novo ritmo. Assim como no caso da Lei da Anistia (1979), evidenciava-se o controle que as forças conservadoras exerciam sobre o processo de democratização.

Os estudantes de Santa Maria, porém, assim como os de tantas cidades e regiões do país, não esmoreciam. E seus debates e disputas nos indicam que eram uma força atuante da sociedade, a merecer a atenção daqueles que se debruçam sobre a história social e política do período.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. **A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1984.
- ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, A; FERREIRA, M; ARAUJO, M; QUADRAT, S. (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 245-273.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Os limites do movimento estudantil (1964-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.
- CHASIN, José. Algumas considerações a respeito do movimento estudantil brasileiro. **Revista Brasiliense**, n. 38, nov./dez. 1961.
- FERNANDES, Florestan. O significado da Ditadura Militar. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões do Golpe: democracia e reformas do populismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
- LIMA, Mateus da F. Capssa. **A educação como arma da ordem e da resistência: movimento estudantil e Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul (1964-1968)**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Licenciatura – Bacharelado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas: Papirus, 1987.
- MENDES JR., Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PADROS, Enrique Serra. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento, Revista do Programa de Pós- graduação em História do Brasil**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.
- PADROS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos: nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1964-1985). In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, V. M.; LOPEZ, V. A.; FERNANDES, Anelise A. S. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória**. Vol. 4. Porto Alegre: CORAG, 2009.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja, a revolução estudantil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

- PETRÓ, Cleber Monticelli. **A reorganização da UNE, em 1979 e suas implicações em Santa Maria**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História - Licenciatura Plena e Bacharelado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- POULANTZAS, Nicos. Classes sociais. **Estudos CEBRAP**, n. 3, janeiro de 1973.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- SALDANHA, Alberto. O mito do poder jovem. In: GROPPPO, L. A; FILHO, M. Z.; Machado, O. L. (Orgs.). **Juventude e movimento estudantil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao Golpe de 64. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1986.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano IV**: o tempo da ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

## JORNAIS CONSULTADOS

Jornal *A Razão*. 06/06/1979.  
Jornal *A Razão*. 31/10/1979.  
Jornal *A Razão*. 23/03/1980, p. 09.  
Jornal *A Razão*. 30/03/1980, p. 07.  
Jornal *A Razão*. 27/03/1980, p. 09.  
Jornal *A Razão*. 01/04/1980, p. 13.  
Jornal *A Razão*. 19/04/1980, p. 12.  
Jornal *A Razão*. 23/04/1980, p. 09.  
Jornal *A Razão*. 27/04/1980, p. 03.  
Jornal *A Razão*. 30/04/1980, p. 13.  
Jornal *A Razão*. 03/05/1980, p. 09.  
Jornal *A Razão*. 25/05/1980, p. 12.  
Jornal *A Razão*. 25/05/1980, p. 14, 15 e 16.  
Jornal *A Razão*. 12/06/1980, p. 12.  
Jornal *A Razão*. 14/08/1980, p. 01.  
Jornal *A Razão*. 05/09/1980, p. 12.  
Jornal *A Razão*. 27-28/09/1980, p. 01.  
Jornal *A Razão*. 15-16/11/1980, p. 32.  
Jornal *A Razão*. 14-15/08/1982, p. 01.  
Jornal *A Razão*. 30/09/1982, p. 01.  
Jornal *A Razão*. 28/10/1982, p. 01.  
Jornal *A Razão*. 02/11/1982, p. 01.  
Jornal *A Razão*. 05/11/1982, p. 12.  
Jornal *A Razão*. 02/09/1982, p. 01.  
Jornal *A Razão*. 17/09/1982, p. 05.  
Jornal *A Razão*. 12-13/03/1983, p. 12  
Jornal *A Razão*. 15/03/1983, p. 12.  
Jornal *A Razão*. 11/08/1982, p. 12.  
Jornal *A Razão*. 23/03/1983, p. 01.  
Jornal *A Razão*. 24/03/1983, p. 04.  
Jornal *A Razão*. 29/03/1983, p. 12.



- Jornal *A Razão*. 26/06/1983, p. 05
- Jornal *A Razão*. 06/07/1983, p. 02.
- Jornal *A Razão*. 25/08/1983, p. 12.
- Jornal *A Razão*. 08-09/10/1983, p. 03.
- Jornal *A Razão*. 27/10/1983, p. 12.
- Jornal *A Razão*. 12-13/11/1983, p. 05.
- Jornal *A Razão*. 10-11/12/1983, p. 09.
- Jornal *A Razão*. 15/03/1984, p. 05.
- Jornal *A Razão*. 20/03/1984, p. 04.
- Jornal *A Razão*. 30/03/1984, p. 05.
- Jornal *A Razão*. 10/04/1984, p. 16.
- Jornal *A Razão*. 12/04/1984, p. 07.

## **ATAS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO CONSULTADAS**

Ata n. 257, 05/09/1979, p. 03.

Ata n. 268, 17/03/1980, p. 10.

Ata n. 272, 21/05/1980, p. 25.

Ata n. 274, 10/06/1980, p. 17.

Ata n. 296, 06/05/1981, p. 20.

Ata n. 304, 19/08/1981, p. 08.

Ata n. 293, 23/03/1981, p. 05.

Ata n. 298, 03/06/1981, p. 12.

Ata n. 321, 07/07/1982, p. 16

## **ANEXOS**

# ANEXO 1

## ENTREVISTA ESCRITA

Acadêmico da Especialização em História do Brasil- UFSM: Cleber Monticelli Petró

Orientador: Vitor Otávio Fernandes Biasoli

Co-orientador: Diorge Alceno Konrad

1. Qual seu nome completo, data e local de nascimento?

Athos Ronaldo Miralha da Cunha, 30.10.1960, Santiago-RS

2. Sua família possuía algum tipo de envolvimento político?

Não

3. Chegou a participar do movimento secundarista?

Não, na década de 70 – auge da ditadura – não havia movimento estudantil no Maneco.

4. Quando ingressou na UFSM e que curso(s) realizou?

1978 – Curso de Ciências

1979 – Curso de Engenharia Civil

5. Como e quando começou a participar do movimento estudantil universitário?

Não fui militante do movimento estudantil universitário, mas acompanhava, pois a maioria dos colegas com quem me relacionava participavam do DacTec

6. Chegou a participar de algum grupo político organizado?

Não

7. Tinha conhecimento de mais organizações políticas atuantes na UFSM?

Resistência de esquerda

Levante de direita

8. Quais eram os principais temas (locais e gerais) debatidos no movimento estudantil santa-mariense?

Eleições diretas para reitor e presidente e fim da censura

9. Conseguiria pontuar quais eram as principais convergências e divergências dos grupos políticos com relação a estes temas?

Eram totalmente divergentes, pois o levante era oriundo da Arena. Bem posteriormente, início dos anos 80 surgiu uma chapa para o DCE que se denominava “Apoio ao PT” que eram rejeitados pela resistência e que logo adiante desembarcaria no PT “de mala e cuia”.

10. Com relação à política educacional do governo e seu impacto na Universidade, quais eram os elementos apontados pelo movimento estudantil?

Acordo MEC-Usaid

11. Durante o início dos anos 1980 foram freqüentes os movimentos reivindicatórios de professores e funcionários por melhores condições de trabalho e mais investimento na educação. Como o movimento estudantil se relacionava com estes movimentos?

O Movimento estudantil apoiava esses movimentos.

12. O movimento estudantil protagonizou passeatas, atos, greves ou demais manifestações com relação à política educacional?

Sim, lembro que certa vez, numa manifestação na praça, a Brigada dispersou os manifestantes. Tivemos que fugir, correndo, dos brigadianos.

13. Ao pesquisar os jornais e arquivos do Conselho Universitário observei que figuras de expressão nacional e até internacional estiveram em Santa Maria no período. Entre eles o físico Mário Schemberg (maio de 1980), o educador Paulo Freire (março de 1982) e o economista Friedrich Hayek (maio de 1981). Estavas estudando na época? O que poderia relatar sobre estes episódios?

Lembro do Paulo Freire, mas não participei do evento.

14. De que maneira ocorria a relação entre o movimento estudantil local, estadual e nacional?

Quando a resistência venceu as eleições – em 1978 – imediatamente foram organizadas a UEE e a UNE.

15. Na cidade de Santa Maria ocorreram manifestações pelas Diretas Já? Estava na Universidade no período? O movimento estudantil participou do processo?

Esse movimento ocorreu em 84, já não estava mais na UFSM. Mas em Santa Mara houve manifestações pelas diretas já.

16. Após terminar a faculdade continuou militando? O movimento estudantil contribuiu para a sua formação política e profissional?

Sim, foi após a faculdade que comecei a militar mais organicamente, tanto no partido político como no sindicalismo. Primeiro no sindicato dos engenheiros – SENGE – e posteriormente no sindicato dos bancários – SEEB – participando na direção das greves da categoria.

17. Embora não participando do movimento estudantil há algum tempo quais as diferenças colocaria entre a atuação dos militantes estudantis do seu período de estudante e o atual?

Naquele período, havia um “inimigo”, a Ditadura, a direita, hoje, ficou uma geléia geral. Um sindicalismo subserviente ao governo.

18. Durante sua vivência no movimento estudantil ocorreu algum fato em particular (envolvendo-o diretamente ou não) que lhe marcou?

No anexo, uma crônica que está num contexto literário, mas o fato ocorreu. O cerne da história ocorreu. Veremos nessa crônica que a repressão rondava o movimento estudantil.

## ANEXO 2

### FUSCA VERMELHO

Athos Ronaldo Miralha da Cunha

A tarde caía fria naquele princípio do último inverno da década de 70. O acampamento dos estudantes silenciava lentamente em frente ao prédio da Interamericana.

Em uma das barracas um grupo de universitários estava reunido numa roda de chimarrão. O movimento estudantil pedia o fim da censura, mais verbas para a educação e eleições diretas para reitor e presidente.

Deslocava-me à parada de ônibus quando encontro um amigo com aquela velha estampa de contestador. O estilo de quem tinha a opinião formada sobre tudo: longas melenas, boina preta, bolsa à tiracolo e uma surrada jaqueta do NPOR.

De pronto, disse-me ele com um quê conspiratório:

– Tchê, te cuida que os “milico” estão aqui no campus – sorriu debochado e seguiu seu trajeto.

Despediu-se, deixando-me proseando com um colega da Medicina, que havia chegado nesse ínterim. Ainda comentou que iria dar uma espairecida, respirar um pouco o ar da noite que se avizinhava.

– Quero dar uma aliviada nas tensões – e caminhou, vagarosamente, em direção ao prédio do Centro de Tecnologia.

Não demorou dois minutos, volta todo esbaforido ao nosso encontro. Alvorotando os demais que estavam no roda de chimarrão.

– De quem é o fusca vermelho no estacionamento da engenharia?

– Fusca vermelho? – retorquiu um rosto assustado saindo do interior da barraca.

– Não sei, mas me parece muito estranho. Já está anoitecendo – não escondendo o nervosismo completou com uma frase que desconcertou os colegas de acampamento. – e tem dois sujeitos dentro.

Ouvi o diálogo dos dois líderes estudantis, mas não dei muita importância, disse que iria ver minha nota de Física I, no prédio em frente, e me retirei. Após verificar que minha nota não era nem parecida com a que imaginava, também resolvi caminhar pelo campus. Uma caminhada sem compromisso para colocar os pensamentos em ordem, mas, extremamente preocupado com a segunda prova de Física.

Entro pelos fundos do Centro de Ciências Naturais e Exatas, passo pelo corredor principal e chego ao hall do prédio. Anoitecera. Naquela hora o Centro estava completamente vazio. Quando estou saindo, na escadaria, deparo-me com um vizinho, morador do mesmo prédio, conhecido apenas por ser sargento e síndico do condomínio.

– Oliveira! Sargento, o que o senhor faz por aqui?

Olhou-me com espanto e sorriu amarelo.

Oliveira estava a paisano. Não me dá ouvidos e se vai, a passos largos, em direção ao fusca vermelho que o aguardava no estacionamento da engenharia.

– Vocês não vão acreditar, os militares estavam aqui nas nossas barbas, do nosso lado, um deles é um sargento que é meu vizinho, moramos no mesmo prédio – afirmei.

Estava visivelmente apavorado, preocupado com um provável envolvimento com as Forças Armadas, pois naqueles tempos de exceção, era de tirar o sono de um simples universitário *latino-americano sem parentes importantes*.

Depois daquele emocionante entardecer no campus não encontrei mais o sargento, síndico do condomínio. Um outro vizinho, algumas semanas depois, comentou que não entendia o porquê de o sargento Oliveira ter sido, repentinamente, transferido para Manaus.

E eu, no próximo semestre, iria repetir a disciplina de Física I.



## ANEXO 3

### ENTREVISTA ESCRITA

Acadêmico da Especialização em História do Brasil- UFSM: Cleber Monticelli Petró

Orientador: Vitor Otávio Fernandes Biasoli

Co-orientador: Diorge Alceno Konrad

1. Qual seu nome completo, data e local de nascimento?

Estilac Martins Rodrigues Xavier, 11.10.1955, Santa Maria/RS.

2. Sua família possuía algum tipo de envolvimento político?

Sim. O meu pai era do PSD (Partido Social Democrático) e a minha mãe teve participação como militante de base do PTB e mais, decisivamente, integrou o Grupo dos Onze uma organização de Leonel Brizola.

3. Chegou a participar do movimento secundarista?

Não.

4. Quando ingressou na UFSM e que curso(s) realizou?

Em 1975, Engenharia Elétrica e Pós-Graduação em Sistemas de Potência Elétrica.

5. Como e quando começou a participar do movimento estudantil universitário?

Em 1977.

6. Chegou a participar de algum grupo político organizado?

Sim, no grupo estudantil denominado “Resistência” e do MOE (Movimento de Oposição Estudantil) um grupo clandestino como forma de proteger seus integrantes que atuavam no meio universitário.

7. Tinha conhecimento de mais organizações políticas atuantes na UFSM?

Sim. Especialmente, os grupos de direita, o principal era denominado Levante e que tinha estímulo da reitoria e do SNI, além dos Partidos Comunistas, o MR8 e as Pastorais ligadas à Teologia da Libertação.

8. Quais eram os principais temas (locais e gerais) debatidos no movimento estudantil santamariense?

1. Gratuidade e a defesa do ensino público, contra o acordo Mec-Usaid;

2. Luta contra a Ditadura Militar;

3. Pelas liberdades democráticas e eleições diretas;

4. Anistia ampla, geral e irrestrita;

5. Constituinte livre e soberana.

9. Conseguiria pontuar quais eram as principais convergências e divergências dos grupos políticos com relação a estes temas?

O debate era pontuado pelos temas anteriormente elencados com os integrantes de direita contra e os de esquerda a favor.

10. Com relação à política educacional do governo e seu impacto na universidade, quais eram os elementos apontados pelo movimento estudantil?

1. Gratuidade e a defesa do ensino público, contra o acordo Mec Usaid;

2. Luta contra a Ditadura Militar;

3. Pelas liberdades democráticas e eleições diretas;

4. Anistia ampla, geral e irrestrita;

5. Constituinte livre e soberana.

6. A esta pauta se associa a questão do transporte coletivo, a melhoria e ampliação de moradia estudantil e o restaurante universitário, etc.

11. Durante o início dos anos 1980 foram freqüentes os movimentos reivindicatórios de professores e funcionários por melhores condições de trabalho e mais investimento na educação. Como o movimento estudantil se relacionava com estes movimentos?

Era favorável e solidário.

12. O movimento estudantil protagonizou passeatas, atos, greves ou demais manifestações com relação à política educacional?

Sim, eram os principais instrumentos de luta, além de promover shows, teatros de contestação, acampamentos de protesto, etc.

13. Ao pesquisar os jornais e arquivos do Conselho Universitário observei que figuras de expressão nacional e até internacional estiveram em Santa Maria no período. Entre eles o físico Mário Schemberg (maio de 1980), o educador Paulo Freire (março de 1982) e o economista Friedrich Hayek (maio de 1981). Estavas estudando na época? O que poderia relatar sobre estes episódios?

Sim, mas a minha atuação já era esporádica, pois estava iniciando a pós-graduação.

14. De que maneira ocorria a relação entre o movimento estudantil local, estadual e nacional? A principal luta foi a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) que era uma organização nacional proscrita, isto organizou os estudantes nacionalmente e nos estados nos

organizamos através da União Estadual dos Estudantes (UEE) contra as estruturas oficiais do MEC, que era o Diretório Estadual de Estudantes (DEE).

15. Na cidade de Santa Maria ocorreram manifestações pelas Diretas Já? Estava na Universidade no período? O movimento estudantil participou do processo?

Sim, foi palco de atuação política estudantil, comícios e mobilizações muito grandes. Santa Maria era, politicamente, o principal pólo do interior do Rio Grande do Sul.

16. Após terminar a faculdade continuou militando? O movimento estudantil contribuiu para a sua formação política e profissional?

Sim, até hoje sou militante, a minha atuação profissional se mescla com minha atividade política e com todas as funções públicas que exerci até hoje.

17. Embora não participando do movimento estudantil há algum tempo quais as diferenças colocaria entre a atuação dos militantes estudantis do seu período de estudante e o atual?

Nós lutávamos pela liberdade e pela democracia. Filosofia e teoria política eram os fundamentos do preparo dos militantes: a formação. O movimento atual não tem uma “causa” e a pauta estudantil é outra. Creio que a pauta atual é mais “material” do que a daquela época, mais “valorativa”.

18. Durante sua vivência no movimento estudantil ocorreu algum fato em particular (envolvendo-o diretamente ou não) que lhe marcou?

Sim, na luta pelas diretas-já, no comício em Santa Maria-RS, fui um dos responsáveis pela segurança do então advogado e membro do Comitê estadual pelas Diretas-já, Tarso Genro, hoje Governador do RS.

## ANEXO 4

### ENTREVISTA ESCRITA

Acadêmico da Especialização em História do Brasil- UFSM: Cleber Monticelli Petró

Orientador: Vitor Otávio Fernandes Biasoli

Co-orientador: Diorge Alceno Konrad

1. Qual seu nome completo, data e local de nascimento?

R: Carlson Janes Aquistapasse, nascido em 23 de outubro de 1956, em Santo Ângelo.

2. Sua família possuía algum tipo de envolvimento político?

R: Não.

3. Chegou a participar do movimento secundarista?

R: Não. Meu envolvimento iniciou na Universidade.

4. Quando ingressou na UFSM e que curso(s) realizou?

R: Ingressei em 1979, para cursar Engenharia Elétrica.

5. Como e quando começou a participar do movimento estudantil universitário?

R: Desde o início do curso comecei a participar dos debates estudantis. Já no segundo ano assumi a Presidência do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia, o DACTEC. Também fui representante estudantil no Conselho do Centro de Tecnologia, que envolvia as quatro engenharias (elétrica, civil, química e mecânica). Participei também da Secretaria de Engenharia da UNE. Participei do movimento ou tendência no movimento estudantil, RESISTENCIA. Fui Vice- Presidente do DCE, sendo Presidente Augusto Capeletti, hoje médico e como Secretário Geral Marcos Rolim, hoje jornalista.

6. Quais eram os principais temas (locais e gerais) debatidos no movimento estudantil santamariense?

R: Debatíamos de tudo: reformas curriculares, melhoria do ensino, qualidade do transporte para o campus universitário, qualidade e preço da alimentação na Universidade, promoção de seminários sobre tecnologias da época, e a participação da comunidade acadêmica nos temas da Universidade. Interagíamos muito também com palestrantes, empresas e o sindicato de engenharia. Outro tema que nos exigia atenção era a discussão sobre a NÃO PRIVATIZAÇÃO da Universidade pública.

7. Conseguiria pontuar quais eram as principais convergências e divergências dos grupos políticos com relação a estes temas?

R: Em termos gerais se debatia muito sobre os decretos 477 e 228, que envolviam liberdade de expressão e produção de conhecimento dentro das universidades. Discutíamos muito ainda o enfrentamento da Ditadura Militar e a possibilidade de Eleições Diretas. Naquela época, talvez pelo cenário político vigente, tínhamos muita convergência. As divergências se davam principalmente com relação à definição das formas de ação com relação a estes temas.

8. Com relação à política educacional do governo e seu impacto na universidade, quais eram os elementos apontados pelo movimento estudantil?

R: Os principais elementos de discussão eram os decretos 477 e 228.

9. Durante o início dos anos 1980 foram freqüentes os movimentos reivindicatórios de professores e funcionários por melhores condições de trabalho e mais investimento na educação. Como o movimento estudantil se relacionava com estes movimentos?

R: De forma sinérgica, inclusive com ações comuns e debates conjuntos.

10. O movimento estudantil protagonizou passeatas, atos, greves ou demais manifestações com relação à política educacional?

R: muitas principalmente passeatas e greves. Além disso, realizamos diversos atos políticos em prol de melhores condições de ensino.

11. Ao pesquisar os jornais e arquivos do Conselho Universitário observei que figuras de expressão nacional e até internacional estiveram em Santa Maria no período. Entre eles o físico Mário Schemberg (maio de 1980), o educador Paulo Freire (março de 1982) e o economista Friedrich Hayek (maio de 1981). Estavas estudando na época? O que poderia relatar sobre estes episódios?

R: Sim, estava lá e recorro de todas elas. O Mário foi trazido pelo Diretório da Engenharia, os demais pelo DCE, onde fui vice-presidente. As palestras foram muito ricas, e tratavam não só das questões técnicas destas áreas, como também sobre as políticas públicas que as regiam. Além dessas palestras, trouxemos outras, como a do Luiz Pingelli Rosa, físico carioca, e as de artistas como Gonzaguinha, Belchior, Grupo Tarancón, Noel Guarany (cantor gaúcho). Também participamos da promoção de uma das edições do Cio da Terra, promovidos pela União Estadual de Estudantes entre várias outras ações.

12. De que maneira ocorria a relação entre o movimento estudantil local, estadual e nacional?

R: Participávamos ativamente da União Estadual de Estudantes (UNE) e da União Estadual dos Estudantes (UEE), através de diversos encontros e congressos. Havia alinhamento político. Trabalhamos para a reconstrução da UEE e da UNE, que naquela época estavam na clandestinidade. Entre alguns fatos marcantes, realizamos um congresso da UEE no Avenida

Tênis Clube. Além disso, no processo de reconstrução da UNE a comissão nacional de reconstrução passou por Santa Maria (Ruy César e sua equipe). De nossa parte participávamos dos conselhos destas entidades na época.

13. Na cidade de Santa Maria ocorreram manifestações pelas Diretas Já? Estava na Universidade no período? O movimento estudantil participou do processo?

R: sim, tivemos forte envolvimento neste tema. Foram realizados diversos comícios, com participação intensa dos estudantes na época.

14. Após terminar a faculdade continuou militando? O movimento estudantil contribuiu para a sua formação política e profissional?

R: sim, sempre fui engajado nos movimentos sociais. Sem dúvida contribuiu muito, tanto política quanto profissionalmente. Faço questão de ressaltar que, apesar de participar do movimento estudantil, sempre frequentei os bancos escolares. Sempre procurei conciliar a atividade estudantil com os estudos.

15. Embora não participando do movimento estudantil há algum tempo quais as diferenças colocaria entre a atuação dos militantes estudantis do seu período de estudante e o atual?

R: O contexto de hoje é completamente diferente daquela época. Naquele tempo existia muito pouca liberdade. Era necessário o contraponto, a busca por maiores espaços de participação. Hoje a conjuntura é completamente diferente, as coisas são mais fáceis, existem várias possibilidades de discussão e participação. Vide internet, redes sociais e outros. Naquela época nossa principal opção era a de realizar mobilizações estudantis. Os estudantes de hoje estão aderentes ao seu tempo e refletem o cenário atual.

16. Durante sua vivência no movimento estudantil ocorreu algum fato em particular (envolvendo-o diretamente ou não) que lhe marcou?

R: Citarei um fato marcante na minha vida. Quando eu estava no diretório de engenharia, estava tramitando um projeto de lei no congresso que visava equiparar os técnicos científicos aos engenheiros. Nós éramos contrários e iniciamos um movimento a partir de Santa Maria. Como estávamos em período de provas, não estávamos conseguindo mobilizar o grande grupo. Eu e a Nara Magalhães, hoje professora na UFRGS, tivemos então a idéia de circular um abaixo assinado, buscando a adesão dos estudantes para contrapor o projeto de lei. Na sequência, marcamos o dia em que entregaríamos esse abaixo assinado da Delegacia do MEC, Dr. Bozanno, bem na primeira quadra do calçadão. Incluímos também o pessoal da Agronomia nesse processo, que seria atingido pelo decreto. Marcamos então, nessa data, o ponto de encontro na frente da Casa do Estudante, no terminal de ônibus, na rua Professor

Braga, de onde partiríamos em direção à Dr. Bozzano. Reunimos as pessoas e saímos em passeata, com faixas e cartazes. Ao dobrar na rua Floriano Peixoto, porém, em frente do antigo prédio da reitoria, demos de cara com o pelotão de choque, da Brigada Militar, bloqueando a passagem e impedindo a progressão do movimento. Nossa alternativa foi buscar refúgio na reitoria, tentando evitar o confronto. Nesse meio tempo, pulei o muro, por trás da Reitoria, e fui até a Câmara de Vereadores, para pedir ajuda. Recebi o apoio do então Presidente da Câmara (não lembro o nome), que se sensibilizou e foi conosco falar com os militares. Como resultado, conseguimos que uma pequena comissão fosse autorizada a passar e entregar esse abaixo assinado na Delegacia do MEC. Nos meses seguintes, esse movimento ganhou o Brasil e o projeto de Lei, por coincidência ou não, acabou sendo cancelado. Levamos o tema para uma reunião na Secretaria de Engenharia da UNE, que ocorreu durante um Congresso da UNE em Piracicaba, onde ele se tornou pauta nacional. Tenho a impressão inclusive de que, aí no DCE, existe uma foto com as imagens deste dia.

**ANEXO 5**  
**TENDÊNCIAS ESTUDANTIS E SEUS RESPECTIVOS PARTIDOS**  
**CORRESPONDENTES (1976-1984)**

Tendência (s)	Partido
Alicerce/Novo Rumo/ Ponto de Partida	CS
Avançando	Prestistas *
Clarear/Caminhando	PRC
Companheiro/ Resistência/Organizando	MEP
Convenção/Viração	PC do B
Correnteza	PCR
Em Tempo **	ORM-DS
Liberdade e Luta (LIBELU)	OSI
Mãos-à-Obra	MR-8
Petistas	PT
Refazendo	APML
Unidade	PCB
Vento Novo	Tendência anarquista

\*Em 1980, Luiz Carlos Prestes fez severas críticas ao PCB; neste mesmo ano foi substituído por Giocondo Dias na Secretaria Geral do Partido, sendo expulso de suas fileiras em 1984. Como solidariedade, e em respeito às suas idéias, um grupo de admiradores e vários adeptos seus, formaram a corrente Prestista.

\*\*Como não havia uma tendência com nomenclatura explícita para aglutinar os estudantes ligados à ORM-DS, estes se organizavam em torno do jornal Em Tempo, editado pela referida organização.



## ANEXO 6

### CARTA DE PRINCÍPIOS DA UNE

1. A UNE é a entidade máxima, representativa dos estudantes brasileiros na defesa dos seus direitos e interesses;
2. A UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes;
3. A UNE deve pugnar em defesa dos direitos e interesses dos estudantes, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, convicção política, religiosa ou discriminação social;
4. A UNE deve manter relações de solidariedade com todos os estudantes e entidades estudantis de todo o mundo;
5. A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular;
6. A UNE deve lutar por um ensino voltado para os interesses da maioria da população brasileira, pelo ensino público e gratuito, estendido a todos;
7. A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Este ponto foi o mais polêmico, pois, para muitos, esse era um ponto do programa e não da carta de princípios.